

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Simone de Almeida Evangelista Weitzel

MAIS EDUCAÇÃO: PARA ALÉM DA AMPLIAÇÃO DO
TEMPO E ESPAÇO

Juiz de Fora
2016

SIMONE DE ALMEIDA EVANGELISTA WEITZEL

**MAIS EDUCAÇÃO: PARA ALÉM DA AMPLIAÇÃO DO
TEMPO E ESPAÇO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração: Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dileno Dustan Lucas de Souza.

**Juiz de Fora
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Weitzel, Simone de Almeida Evangelista.

Mais Educação : Para além da ampliação do tempo e espaço / Simone de Almeida Evangelista Weitzel. -- 2016.
87 f. : il.

Orientador: Dileno Dustan Lucas de Souza

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

1. Programa Mais Educação. 2. Tempo Integral. 3. Gestão Educacional. I. Souza, Dileno Dustan Lucas de, orient. II. Título.

SIMONE DE ALMEIDA EVANGELISTA WEITZEL

**MAIS EDUCAÇÃO: PARA ALÉM DA AMPLIAÇÃO DO
TEMPO E ESPAÇO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração: Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dr.^a Graciele Fernandes Ferreira Mattos
Professora da rede Municipal de Educação de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Cristhiane Cunha Flor
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A Deus, que me deu força para continuar mesmo com todos os problemas enfrentados nesse período

Aos meus filhos, que me acompanharam nessa trajetória e que não me deixaram desistir, pelo brilho no olhar e pelo sorriso no rosto de cada um a cada novo dia que se iniciava.

À minha mãe, que apesar de considerar que minhas necessidades eram para ela uma barreira, esteve presente me ajudando no que foi possível.

*“Se não puder voar, corra.
Se não puder correr ande.
Se não puder andar rasteje,
mas continue em frente de
qualquer jeito!”*

Martin Luther King

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador Dilenio Dustan Lucas de Souza, por participar da minha formação acadêmica, por me acolher no Programa de Mestrado, ter acreditado em mim e compartilhado comigo a construção desse trabalho.

Aos amigos do grupo TRAME, que compartilharam de suas experiências e conhecimentos e acompanharam as etapas do processo de construção dessa pesquisa, além do apoio constante, incentivo e amizade.

À amiga Raíza Almeida que seguiu toda essa caminhada comigo, me apoiando nos mais diversos momentos, se mostrando mais que uma amiga, uma “irmã”, compartilhando do meu cotidiano, das minhas fragilidades, dos meus sucessos e da construção dessa dissertação.

Aos entrevistados, que doaram uma parte do seu tempo para compartilharem seus pensamentos e vivências para tornar esse trabalho possível.

Aos amigos do Mestrado José Guilherme e Guilherme Goretti, pelo apoio, leitura e sugestões.

À banca, professoras Graciele Fernandes e Cristhiane Flôr pela paciência e dedicação nas considerações nos momentos de qualificação e defesa, que com suas críticas, sugestões e diálogos contribuíram ainda mais para o enriquecimento da pesquisa.

Aos amigos do cotidiano, Rozângelle, Tia Cici, Tia Rosa e Tia Regina, que nas minhas ausências ajudaram a cuidar dos meus filhos e que, em muitos momentos, ouviram meu choro e me deram conselhos para, apesar dos problemas, sempre continuar.

À minha mãe, um dos meus bens mais preciosos, que apesar dos momentos difíceis que passamos juntas, é o meu apoio para seguir, seguir e seguir.

Aos meus filhos, Nickolas e Caroline, que durante esse período me ensinaram a ter força, a ter fé, a olhar para a vida com mais gosto e a agradecer por tudo que nos é concedido, pois tudo tem uma razão de ser.

Às queridas diretoras das escolas que trabalhei nesse período, que sempre me apoiaram, me incentivaram e acreditaram nos meus sonhos, permitindo que eu estivesse sempre presente em minhas aulas, pesquisas e apresentação de trabalhos.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram na construção desse trabalho e que estiveram presente em minha vida nestes dois anos de mestrado.

RESUMO

WEITZEL, Simone de Almeida Evangelista Weitzel. Universidade Federal de Juiz de Fora, maio de 2016. **Mais Educação:** para além da ampliação do tempo e espaço. Orientador: Dilenio Dustan Lucas de Souza.

A presente pesquisa intitulada “Mais Educação: Para além da Ampliação do Tempo e Espaço” partiu do interesse em refletir acerca de uma proposta de Educação Integral em Tempo Integral emancipatória, na qual a preocupação principal está em compreender e sistematizar uma rede de conhecimentos com base nas alternativas e potencialidade desenvolvidas através das atividades oferecidas e relacionadas à proposta de uma Educação Integral em Tempo Integral e se estas possuem uma relação com a realidade dos sujeitos envolvidos. O objetivo principal desta pesquisa é analisar a política de educação integral da Secretaria de Educação a partir do Programa Mais Educação - PME na Escola Municipal Bom Pastor, e como se deu sua implementação. Enquanto objetivo específico procurou-se identificar que tipo de suporte este Programa oferece para a Educação Integral, bem como verificar como se dá a ampliação do tempo e as condições físicas de aprendizagem. A metodologia utilizada está fundamentada no princípio da pesquisa de campo com abordagem qualitativa cuja estratégia é o estudo de caso, compreendendo a ciência como produto humano, para envolver o processo histórico, realizando crítica e visando construir uma nova síntese no plano do conhecimento e da ação, por meio de análise bibliográfica, entrevistas, e análise documental. Assim, a partir da análise desenvolvida, concluímos que a Educação Integral em Tempo Integral oferecida pela Secretaria de Educação, ainda tem uma longa caminhada a seguir e a implementação do PME foi um ganho para as escolas, no que diz respeito aos recursos financeiros destinados para o desenvolvimento de atividades diversificadas e compras de materiais. Favorecendo assim, a organização escolar para além da ampliação do tempo e espaço, contribuindo para a formação do sujeito, aumentando suas oportunidades de forma significativa e emancipadora.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Tempo Integral. Gestão Educacional.

RESUMEN

WEITZEL, Simone de Almeida Evangelista Weitzel. Universidad Federal de Juiz de Fora, mayo de 2016. **Más Educación:** Más allá del Tiempo y el Espacio. Asesor : Dilenio Dustan Lucas de Souza .

La presente investigación titulada, “Más educación: más allá del tiempo y del Espacio”, emerge del interés por reflexionar sobre una propuesta de Educación Integral de Tiempo completo e independiente, en la que la preocupación principal está en la comprensión y sistematización de una red de conocimientos fundamentados en las alternativas y potencialidades desarrolladas a través de actividades ofrecidas con relación a la propuesta de una Educación Integral de tiempo completo y sí estas poseen una conexión con la realidad de los sujetos involucrados. El objetivo general de esta investigación es analizar la Política de Educación Integral de la Secretaria de Educación desde el Programa Mais Educação – PME en la Escuela Municipal Buen Pastor y como fue su proceso de implementación. Con el objetivo específico se busco identificar qué tipo de apoyo ofrece este Programa para la Educación Integral, de igual forma comprobar como se da la ampliación del tiempo y las condiciones físicas para el aprendizaje. La metodología utilizada se fundamenta en la investigación de campo con un enfoque cualitativo y como estrategia empleando el estudio de caso, entendiendo la ciencia como un producto humano, que participa del proceso histórico, realizando criticas dirigidas a la construcción de una nueva síntesis a nivel de conocimiento e práctica, por medio de entrevistas y análisis bibliográfico y documental. Por tanto, a partir del análisis desarrollado, concluimos que la Educación Integral de Tiempo Completo ofrecida por la Secretaria de Educación, aún tiene un largo camino por recorrer, siendo la implementación del PME un beneficio para las escuelas, con respecto a los recursos financieros destinados para el desarrollo de diversas actividades y compra de materiales. Favoreciendo así la organización escolar además de la ampliación del tiempo y los espacios, aportando a la formación del sujeto y aumentando de manera significativa e independiente sus posibilidades y oportunidades.

Palabras clave: Programa Más Educación. Tiempo Integral. Gestión Educativa.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Fachada da Escola Municipal Bom Pastor.	50
Fotografia 2	Porta de entrada da escola.	50
Fotografia 3	Escada de acesso ao 2º e 3º andares.	51
Fotografia 4	Rampa de acesso à quadra coberta e ao parquinho.	51
Fotografia 5	Parquinho gramado.	51
Fotografia 6	Quadra coberta.	58
Fotografia 7	Gramado aguardando manutenção.	58
Fotografia 8	Cozinha aberta.	58
Fotografia 9	Funcionários trabalham em área improvisada.	58
Fotografia 10	Panelheiro e despensa de mantimentos.	58
Fotografia 11	Fogão industrial novo na mesma área.	58
Fotografia 12	Cozinha e refeitório separados somente por um balcão.	59
Fotografia 13	Sala do 2º ano separada por divisórias de PVC.	59
Fotografia 14	Salas do 3º andar definidas por divisórias de PVC.	59
Fotografia 15	A escola conta com uma biblioteca.	60
Fotografia 16	Acervo literário em espaço precarizado.	60
Fotografia 17	Espaço de leitura.	60
Fotografia 18	Lavatório e Escovódromo improvisados nos corredores.	60
Fotografia 19	Auditório no mesmo espaço que cozinha e refeitório.	61
Fotografia 20	Refeitório / Cozinha.	61
Fotografia 21	Banheiros e sala da Coordenação.	61
Fotografia 22	Lavatório.	61
Fotografia 23	Sala de informática.	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE -	Atendimento Educacional Especializado
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CIEPs -	Centros Integrados de Educação Pública
CEUs -	Centros Educacionais Unificados
CTU -	Colégio Técnico Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora Universidade
CTP -	Consultoria Pedagógica de Treinamento
CRAS -	Centro Regional de Assistência Social
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBP -	Escola Municipal Bom Pastor
FEAP -	Fundação Educacional de Além Paraíba
FNDE -	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB -	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB -	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFSM -	Instituto Federal do Sudeste Mineiro
ONG -	Organização Não Governamental
PACTO -	Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PDE -	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDDE -	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDT -	Partido Democrático Trabalhista
PME -	Programa Mais Educação
PNAE -	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE -	Plano Nacional de Educação
PPP -	Projeto Político Pedagógico
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS -	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC -	Ministério da Educação
NEAC -	Núcleo Especializado de Atendimento Educacional
SEB/MEC -	Secretaria de Educação Básica
SECAD/ MEC -	Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade do MEC

SEM/JF -	Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora
SIMEC -	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
TRAME -	Trabalho, Movimentos Sociais Populares do Campo e Educação
UEx -	Unidades Executoras
UFJF -	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Caminhos Percorrido pela pesquisa	17
2	NAS TRILHAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL	23
2.1	A Educação Integral aos olhos da gestão escolar no município de Juiz de Fora	28
2.2	O que diz a legislação?	37
3	O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME)	40
3.1	Olhando a Educação Integral a partir da política de educação do município de Juiz de Fora	44
4	TEMPO E ESPAÇO: UM DESAFIO PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS	48
4.1	4.1. A Escola Municipal Bom Pastor	48
4.2	O Programa Mais Educação: quais as contribuições para a Escola Municipal Bom Pastor?	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
6	REFERÊNCIAS	82
7	APÊNDICE	85

1. INTRODUÇÃO

Nascida aos vinte e quatro de abril de 1984 na princesa de Minas, a mais bela Juiz de Fora, cresci numa família humilde e simples com meus dois irmãos, aos cuidados de minha amada mãe costureira, meu pai operário e minha amada avó.

Lembro-me de ter uma infância cheia de primores, mas em alguns momentos muito dura, com dificuldades e problemas familiares. Tinha na escola um refúgio, um lugar onde encontrava proteção e alegria.

Na infância eram longas as caminhadas até chegar à escola todos os dias, porém, essa distância, a cada ano, ia se tornando mais curta com meu crescimento. Minha mãe, apesar de ter abandonado cedo a escola, dava seu incentivo e procurava mostrar a importância do estudo de forma que eu acreditasse que cada conquista fazia parte da minha obrigação.

Meu pai, criado na roça, parecia não se importar muito com os estudos, seu desejo maior era poder voltar para a vida rural da qual sempre se recordava com muito pesar, pois foi obrigado a vir para cidade após a morte de sua mãe.

Os anos foram passando e a escola foi se tornando cada vez mais importante em minha vida. Um ambiente de aprendizagem, diversão e trocas de saberes. Nunca fui a melhor aluna, sempre precisei de acompanhamento psicológico e pedagógico, além de reforço com uma professora particular, mas sempre fui muito esforçada.

Caminhando com minhas limitações procurava dar o máximo de mim e surpreendia a todos quando apresentava algumas conquistas. Ao longo do caminho encontrei pessoas que se preocupavam comigo, estavam dispostos a me ajudar e acreditavam no meu sucesso. Muito crítica e questionadora, alguns me taxavam como “louca”, mas no meu íntimo tinha um objetivo traçado, e sabia bem aonde queria chegar.

Apesar de “doer” escutar duras palavras daqueles que me amavam, eu sabia ouvir e tirava proveito de tudo que acreditava ser importante para meu crescimento. E foi na escola que aproveitei das sábias palavras de grandes mestres da educação que, além de professores, eram verdadeiros educadores, pois com suas palavras e experiências mostravam caminhos e desvendavam os olhos daqueles que muitas vezes pareciam não enxergar.

Foram longos anos de estudo até o final do Ensino Fundamental em uma conceituada escola pública da cidade, até que um dia eu precisei sair dali. E a caminhada no Ensino Médio não foi nada fácil. Minha mãe não encontrou uma escola próxima de minha casa e a caminhada que parecia cada dia mais curta, voltou a ser longa. Tristes dias, muitas vezes pensei em desistir.

Não tinha o dinheiro para o ônibus, muito menos para o lanche, o esforço era só meu. Persistente, segui até que minha mãe conseguiu uma vaga em uma escola mais próxima, mas, mesmo assim não foi fácil. Fui transferida no meio do ano, não me adaptei à nova escola e os professores não facilitavam, ao final do ano nada podia ser feito por mim e não avancei para uma nova série escolar.

Queria ir além, mas precisava de algo mais! Um dia, recebi um panfleto que fazia propaganda de uma escola na qual ofereciam o Ensino Médio com cursinho preparatório para o vestibular e atividades extracurriculares. Entusiasmada, fui correndo mostrar para minha mãe e minha avó. Não era tão caro, mas nossas condições não eram boas e meu pai pouco se importava com os meus estudos.

Com esforço, elas pagaram a escola e foram anos maravilhosos, tive professores excelentes, um ótimo acompanhamento pedagógico, e foi ali que me reencontrei. Não foi fácil. Minha caminhada continuava. A escola era no centro da cidade e eu tinha que ir andando a pé todos os dias, porque eu tinha apenas o dinheiro suficiente para uma passagem de ônibus a qual usava para voltar para casa. Para ajudar nos meus gastos, cuidava de crianças como babá, vendia cosméticos e bijuterias e, assim, ganhava alguns trocados.

Mas a escola sempre veio em primeiro lugar. Não media esforços para chegar lá. Eu acordava cedo, caminhava até a escola, voltava para casa, ia trabalhar, retornava para casa, estudava... passava horas com os livros e cadernos e valorizava cada minuto, cada esforço da minha mãe, da minha avó e meu também, sempre procurando tirar as melhores notas.

Sonhava com uma vida melhor, com esforço claro, mas que não fosse tão sacrificante. Chegando ao final do Ensino Médio, perante a pressão para escolher um curso de graduação, prestei vestibular para Engenharia Civil, mas não fui aprovada por três pontos na média final, ainda assim, não desisti.

Persistente, decidi realizar um curso técnico no antigo Curso Técnico Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora – CTU, hoje Instituto Federal do Sudeste de Minas – IFSM. Passei em décimo quarto lugar no curso de Eletromecânica, foi uma felicidade só. Lá eu teria a oportunidade de me formar e sair empregada. Foi um curso maravilhoso! Cheguei até a apresentar um projeto para a empresa Tigre Brasil em São Paulo. Até que em determinado momento encontrei dificuldade em uma disciplina na área de eletrônica e não consegui ajuda do professor para avançar e, infelizmente, já em fase de estágio no curso, estava eu sem conseguir concluir a disciplina de “Circuito”. Nesse período, resolvi arrumar um emprego, voltei a fazer curso pré-vestibular, decidi me casar e no mesmo ano resolvi prestar vestibular para o

curso de Pedagogia na Fundação Educacional de Além Paraíba – FEAP, com sede em Juiz de Fora.

Confesso que não esperava ser aprovada. Na verdade, fiquei na lista de excedentes, mas logo fui chamada e não pensei duas vezes antes de aproveitar a oportunidade. Lá descobri os vários caminhos que o curso poderia me oferecer, além da Licenciatura. Meu desejo não era ser professora, no entanto, voltando ao passado e aproveitando para refletir, muitas vezes fui professora particular, ia às casas dos alunos em fase de alfabetização para ajudar nas lições de casa, para reforçar as leituras e ensinar as operações básicas, então me perguntei: por que não escolhi esta profissão antes? Era gratificante ensinar!

E foi na Pedagogia que me encontrei. Foram quatro anos de graduação, no qual mais uma vez me deparei com mestres e professores maravilhosos e, como eu mesma pagava meu curso, valorizava ainda mais todo meu esforço. Mas a caminhada continuava, era mais leve, pois com um bom emprego que conquistei em um banco do Rio de Janeiro comprei um carro e troquei as longas caminhadas a pé pelo conforto automobilístico.

No meio do curso engravidei, porém isso não me desanimou, foi mais um incentivo para continuar e continuei. Concluí o curso de Pedagogia e esse foi um dos dias mais felizes da minha vida, uma conquista minha e da minha família. Mas não podia parar por aí. O meu grande objetivo ainda estava por vir e para alcançá-lo era preciso longas caminhadas e muito estudo.

Então, tomei uma decisão, larguei o emprego e fui à luta por uma vaga na área da Educação. Encontrei minha primeira oportunidade na escola para onde fazia a longa caminhada para chegar até ela quando fui para o Ensino Médio, onde muitas vezes senti vontade de desistir. Foi gratificante poder voltar naquela escola como Professora do Ensino Médio, Vi ali uma missão, mostrar aos meus alunos que na vida não podemos desistir de nossos sonhos, precisamos ser persistentes e caminhar mesmo que esta caminhada seja longa, pois se não desistirmos, sem dúvida chegaremos aonde desejamos.

E assim, segui minha caminhada de escola em escola, agora como professora, levando não apenas ensinamentos, mas sonhos e também trocando experiências com as equipes de educadores e aprendendo com meus alunos. Atrás de cada rostinho e de cada olhar, sabia que existia uma vida, uma história, uma luta ou um sofrimento e que muitas vezes era a escola seu refúgio, como marca da experiência vivida, apresentada por Thompson (1987) como aquela que “sem bater na porta”, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe e, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração, de etnias. Processos dialeticamente articulados que ela, a experiência, expressa de forma privilegiada.

Os anos se passaram e mais uma conquista, o título de Especialista em Supervisão Escolar. Fazia parte dos meus objetivos trabalhar na gestão das escolas, mas depois de me apaixonar pela profissão de professora, precisava unir os dois e mais uma vez seguir numa caminhada sem fim.

São muitas as lembranças escolares e falar da escola é algo que me fascina muito. Foi neste ambiente que passei grande parte da minha vida, nele brinquei, estudei, cresci, me desenvolvi, aprendi e ainda aprendo e hoje troco experiências e aprendizados com meus alunos e colegas de profissão.

Unido à experiência histórica carregada ao longo de minha trajetória de vida, também me despertou o interesse pela pesquisa que hoje me trouxe à realização de mais um sonho, o Mestrado em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, e na realização desse sonho, pesquisar algo que contribuiu tanto para meu crescimento profissional e intelectual. Nas muitas leituras e pesquisas sobre Educação, optei pelo tema da Educação Integral e Educação do Campo.

Em meio aos estudos e aos afazeres em uma das escolas que trabalhei na rede Municipal de Educação de Juiz de Fora – MG, no ano de 2012, como Coordenadora Pedagógica, surgiu a oportunidade de, juntamente com a direção escolar, implantar um Programa do Governo Federal oferecido para as escolas públicas. Era numa proposta de ampliação da jornada escolar e organização curricular na perspectiva de Educação Integral, o “Programa Mais Educação” – PME (BRASIL, 2010).

Convidada a participar como Coordenadora do PME nessa escola, muitas foram minhas pesquisas sobre o assunto para melhor entendê-lo e poder ajudar a direção na implantação do mesmo, visando uma organização de acordo com a proposta do programa.

Naquele mesmo ano eu participava do grupo de pesquisa TRAME – Trabalho, Movimentos Sociais e Educação no qual realizam-se pesquisas e reflexões na área da Educação do Campo. Ali encontrei a possibilidade de seguir na pesquisa com estudos sobre escola e temas que me despertam como educadora: a Educação Integral e a Educação do Campo.

A Educação Integral me interessava por acreditar que esta deve envolver o aluno num todo, desde a sua família, base de tudo, até o seu sonho, desejo de conquista e, a Educação do Campo, por sua importância de valorização das raízes, história de vida e luta por uma vida boa no campo, espaço escolhido por famílias, que ali desejam viver e criar seus filhos com as mesmas condições de uma vida urbana.

Como aluna e pesquisadora do Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pude me dedicar às reflexões sobre os campos que me despertavam interesse, Escola, a Educação do Campo e a Educação Integral. Foi possível buscar as práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar, refletir sobre o termo “Mais Educação” e a realidade e experiência dos sujeitos envolvidos para além da ampliação de tempo e espaço.

1.1. Caminhos percorridos pela pesquisa

Essa pesquisa trabalha com a ideia de que as Escolas em Tempo Integral propõem a atuar de forma diferenciada, atendendo à realidade das comunidades, reconhecendo o sujeito como produtor de conhecimento, a partir de suas experiências.¹

Caminhando com minha formação enquanto professora e pesquisadora entre estudos e pesquisas, vinha refletindo acerca da Educação Integral em Tempo Integral, sobre a qual a preocupação principal era compreender e sistematizar esse processo, e trazê-la como objetivo principal desta pesquisa possibilitava em analisar a política de educação integral da Secretaria de Educação a partir do Programa Mais Educação - PME na Escola Municipal Bom Pastor, e como se deu a sua implementação. Especificamente procuramos identificar que tipo de suporte este Programa oferece para a Educação Integral, bem como verificar como se dá a ampliação do tempo e as condições físicas de aprendizagem.

É relevante perceber que tipo de suporte o PME oferece, a fim de propiciar mudanças na função pedagógica da escola, além da preocupação com a ampliação do tempo sem as devidas condições físicas e de aprendizagem efetivas para os alunos, como pude observar em minha experiência escolar, seguindo o pensamento de Nosella (1992, p.85) que diz: “devem ser oferecidas condições materiais, jamais facilidades burocráticas culturais”.

¹ Essa pesquisa teve início com a proposta de analisar duas escolas com a modalidade de Educação Integral em Tempo Integral em duas realidades diferenciadas, uma urbana e outra rural, com o título: “Mais Educação: Para Além da Ampliação do Tempo e Espaço na cidade e no campo.” No momento da qualificação chegamos à conclusão, após análise da banca, que essa poderia ser melhor desenvolvida se escolhêssemos apenas uma das escolas, e assim seguimos, escolhendo juntamente com o orientador, trabalhar com a escola Bom Pastor, localizada na área urbana.

Portanto, pretendemos verificar as visões que possuem os profissionais envolvidos na gestão dessa escola, com destaque para a direção e coordenação pedagógica, refletindo o Programa Mais Educação.

Para as discussões e compreensão da Educação Integral, dentre muitos estudos, Anísio Teixeira (1962 apud Cavaliere, 2010), idealizador, incentivador da escola integral e pioneiro na defesa pela democratização da educação básica, tornou-se a referência principal neste trabalho, para as discussões e compreensões da Educação Integral.

Partindo da compreensão da dialética do concreto, apresentada por Kosík (1976), apoiamos a pesquisa em uma abordagem qualitativa, num caráter exploratório-descritivo, cujo ambiente natural representa sua fonte direta de dados, tendo o pesquisador como seu instrumento principal através de um mergulho no campo de pesquisa, sendo assim, considera-se uma relação diferenciada entre o pesquisador e a investigação, propondo uma estrutura menos burocrática de se fazer pesquisa, aceitando determinado ponto de vista, linguagem e pensamento único, com simplicidade sem perder o valor teórico, respeitando as considerações dentro de uma leitura crítica.

Na pesquisa qualitativa é importante atentarmos aos mínimos detalhes, pois os dados coletados são riquíssimos, situações, acontecimentos, entrevistas, documentos e outros, que permitirão o estudo de um determinado problema e verificar sua manifestação nas atividades, procedimentos e interações cotidianas. Essa mesma abordagem qualitativa captura as perspectivas dos participantes, permitindo novos olhares. Ela segue ainda um processo indutivo, não sendo essencial buscar evidências para comprovação das hipóteses definidas antes do início do estudo, pois as abstrações se formam a partir da verificação dos dados (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Segundo Goldenberg (2004), a Metodologia Científica é muito mais do que algumas regras para se realizar pesquisa, ela auxilia a refletir e desenvolver novos olhares sobre o mundo, de forma científica, criativa e questionadora, exigindo do pesquisador disciplina, organização e simplicidade, num confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a “escuridão”.

Dessa forma, buscam-se novas ideias e pensamentos, curiosidades na presença da dialética apresentando caminhos diferenciados para melhor se adequar às questões atuais das práticas educativas cotidianas, aprofundando no contexto a ser estudado.

Após o levantamento de dados bibliográficos para o aprofundamento e construção do referencial teórico, investigando, primeiramente, as leis que fundamentam o PME para Educação Integral na cidade, o estudo seguiu por meio de uma pesquisa de campo desenvolvida pelo

método do Estudo de Caso que permitiu o desenvolvimento do conhecimento do contexto, do envolvimento e da experiência necessários.

A escolha pelo estudo de caso ocorreu devido à importância de analisarmos o meio onde se desenvolve a questão em estudo tendo como referência as experiências vividas de forma empírica, no qual levantamos o maior número de informações possíveis visto que deste podemos adquirir o conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração de um determinado caso, reunindo o maior número de informações, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, apreendendo a totalidade de uma situação descrevendo a complexidade de um caso concreto. (GOLDENBERG, 2004).

Sendo assim, o estudo de caso nos auxiliou na busca por novas respostas e indagações, a retratar a realidade, de acordo com Kosík (1976), enfocando as múltiplas influências estruturadas e estruturantes da realidade estudada e usar uma variedade de fontes de informações, permitindo a compreensão do PME de vários ângulos. Levou-nos a cruzar informações, confirmar ou rejeitar hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternativas (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Ludke e André (1986) destacam que o estudo de caso também permite representar os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes numa situação social, além de utilizar uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa, o que permite ao pesquisador trazer para o estudo as divergências de opiniões, revelando ainda seu próprio ponto de vista sobre a questão, além de dar a opção de representar os dados de variadas formas, dramatizações, desenhos, fotografias, colagens, slides, discussões, mesas-redondas e outros, num estilo informal, narrativo, por figuras de linguagem, citações, exemplos e descrições.

Muito dessa pesquisa advém da análise dos dados coletados, visto que foi de fundamental importância o contato pessoal com o fenômeno estudado, o que nos permitiu recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como processo de compreensão e interpretação, pois, segundo Ludke e André (1986), a introspecção e a reflexão pessoal têm importante papel na pesquisa naturalística ou qualitativa.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com a direção e coordenação da escola escolhida para pesquisa de campo e supervisora da Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação. Essas pessoas foram escolhidas pelo seu maior envolvimento na gestão escolar e

no processo de organização e desenvolvimento da Educação Integral e foram de grande importância para a pesquisa, visto que a entrevista desempenha um importante momento, pois permite a captação imediata de informações relevantes.²

Ludke e André (1986) apresentam que uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais, além do aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coletas, como o questionário, e atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outro meio de investigação, como é o caso de pessoas com pouca instrução formal, que seria inviável um questionário escrito.

A análise documental também foi de suma importância nesse trabalho, pois os dados documentais que envolvem o PME e as Escolas em Tempo Integral do município puderam complementar os estudos. Documentos que são constituintes de fontes estáveis e ricas, possível de identificar informações factuais a partir de hipóteses de interesse e servir de base a diferentes estudos, o que deram mais estabilidade aos resultados obtidos (GUBA e LINCOLN, 1986).

Considerando a visão marxista apresentada por Kosik (1976), fundamentamos essa pesquisa a partir do pensamento crítico que se propõe compreender a “coisa em si” e sistematicamente chegar à compreensão da realidade.

[...] a realidade pode ser mudada de modo revolucionário só porque e só na medida em que nós mesmos produzimos a realidade, e na medida em que sabemos que a realidade é produzida por nós. A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque ele próprio é o produto desta última realidade. (KOSÍK, 1976, p.18).

A realidade humana social é o mundo das práxis humanas, na qual o sujeito é produto e processo e as relações e significados são produtos e produzem o homem social. Dessa forma, a teoria busca interpretar o real como uma forma possível, expressando uma forma/concepção do

² A entrevista realizada com a Supervisora de Educação Integral aconteceu em 30 de março de 2015, na Secretaria de Educação, a fim de conhecermos melhor sobre a Educação Integral em Tempo Integral e o Programa Mais Educação. Após o período de greve foi realizada a entrevista com o coordenador pedagógico em 29 de junho de 2015 na própria escola e com a direção aconteceu em sua casa em 06 de junho de 2015 fora do ambiente escolar, todas utilizando de roteiro e gravador de voz.

real, na qual a compreensão do real vai do abstrato, determinações possíveis na relação fenômeno-essência, para o concreto, a fim de entender as significações. Assim, podemos dizer que o mundo da realidade é o mundo da realização da verdade.

Considerando a totalidade, conceito central da dialética marxista, compreendemos a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da produção, aquela que conduz o movimento objetivo da realidade, que na filosofia materialista é a resposta para o que é a realidade, ou seja, a totalidade concreta (KOSIK, 1976, p. 33).

A totalidade na realidade significa a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. São as múltiplas determinações relevantes para a compreensão do objeto, pois todas as determinações são construídas histórico e socialmente.

Entretanto, Marx dizia que não existe uma História como ser, fora dos homens, ou seja, as condições sociais geram determinações que nos estruturam, mas nós também temos influências sobre essas determinações, que podem ser desconstruídas. Como a classe, considerada uma determinação histórica, assim como a ideologia, que se relaciona às visões de mundo e modelos teóricos disponíveis (KOSIK, 1976, p. 35-36). A compreensão dialética da totalidade concreta significa que a mesma é o conjunto da realidade que mantém relação com um fato dado. O método, portanto, se torna eficiente pela riqueza de realidade que é capaz de descobrir, explicar e motivar, representando o meio graças ao qual pode decifrar os fatos (KOSIK, 1976, p.46).

A totalidade como estrutura significativa é, portanto, ao mesmo tempo, um processo no qual se cria realmente o conteúdo objetivo e o significado de todos os seus fatores e partes. A totalidade e as contradições se constituem mutuamente e são consideradas essenciais ao fenômeno, pela própria contradição inerente à sociedade de classes. Logo, é fundamental a compreensão do fenômeno e essência para interpretação da “coisa em si” por meio do pensamento crítico, a fim de alcançar a realidade. (KOSIK, 1976, p.12).

A partir desses elementos teóricos e outros estudos que serão apresentados ao longo do texto, essa dissertação, que se traduz na minha pesquisa de mestrado, foi dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo teve por pretensão apresentar o memorial e meu interesse e motivação pelo estudo da Educação Integral e Educação do Campo e a metodologia utilizada durante o processo de pesquisa. O segundo capítulo apresenta a Educação Integral e os conceitos construídos sobre a Educação Integral, Educação Integral em Tempo Integral e Escola em Tempo Integral.

O terceiro capítulo destacará os conceitos trazidos pelo Programa Mais Educação - PME como uma política do Plano Nacional de Educação - PNE e seu ponto de vista para essa proposta de Educação Integral, e a proposta do município de Juiz de Fora a partir de uma Lei Municipal para Educação Integral em Tempo Integral.

O quarto e último capítulo apresentará a análise das entrevistas realizadas com a direção e coordenação da escola pesquisada e observações do espaço escolar apresentando o funcionamento do PME e suas contribuições para ampliação do tempo, espaço e reorganização curricular. Neste capítulo conto com as transcrições das entrevistas realizadas com os participantes envolvidos, onde algumas mudanças de forma foram realizadas para facilitar a leitura, sempre mantendo o conteúdo autoral.

2. NAS TRILHAS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A Educação Integral é um grande sonho para alguns idealizadores de uma educação pública de qualidade para todos, mas para que essa educação se torne efetivamente possível há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Nesse sentido, o debate aqui apresentado traz diversos autores com diversos conceitos e concepções, o que quer dizer que não há aqui a ideia de consolidar um pensamento único a partir da discussão da Educação Integral. Assim faremos um breve debate histórico atualizado pelos conceitos dos autores que seguirão.

De acordo com Cavaliere (2010) Anísio Teixeira foi um dos idealizadores do conceito e defendia a Educação Integral. Anísio, em sua trajetória de educador, acreditava que para se desenvolver uma educação eficiente para a formação do cidadão, era necessário: “Educar, formar hábitos, atitudes, cultivar aspirações, preparar a criança para a civilização. [...] uma escola que dê saúde e alimentação, visto não ser possível educar no grau de desnutrição e abandono [...]”. (EBOLI, 1983, p.17). Com propósito de preparar o sujeito para suas responsabilidades futuras e para o sucesso na vida.

Nunes (2001) fala do sonho de Anísio para a educação pública brasileira, com escolas ofertando um ensino básico de qualidade para todos, em que a produção do conhecimento na própria escola, por parte dos alunos, fosse adotada como parte do ensino, os espaços e os tempos da educação fossem significativos para cada indivíduo que dela fizesse parte. Um ambiente belo, moderno, integral em seu trabalho pedagógico e que envolvesse tanto professores quanto alunos. Todo avanço educacional partiu desse sonho de uma educação humana, social e histórica.

Mas para isso foi preciso que Anísio combatesse o improvisado e o autodidatismo, superados com o pragmatismo Deweyano³.

³ Entendemos como pragmatismo Deweyano o pensamento reflexivo, a importância das ciências na educação e a necessidade de construção da democracia. “O pragmatismo Deweyano pensa a filosofia como um conhecimento capaz de produzir práticas e, sobretudo, educar o homem nessas práticas que se consolidam como ações inteligentes” (Nicolodi, 2014. p.146).

Anísio estava convencido de que sem a qualidade cognitiva e psicossocial das experiências de conhecimento não existem vivências da esperança. E a escola, tal como ele e seus colaboradores pensaram, e concretamente criaram, pretendia instituir-se como organizadora da esperança em vidas humanas concretas. Mas a organização da esperança assusta, porque desestabiliza privilégios. Porque exige, sobretudo, a paciência dos recomeços. (NUNES, 2001, p. 7).

O modelo de Educação Integral idealizado inicialmente por Anísio Teixeira tornou-se inspiração para outras escolas assim como para outros educadores como o caso de Darcy Ribeiro, dentre outros, como, por exemplo, os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do Rio de Janeiro, em que existia a proposta de atividades extras regulares com assistência médica, esportes e alimentação; o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC); os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo; o Programa Bairro-escola Nova Iguaçu; e o Programa Escola Integrada de Belo Horizonte.

Esses modelos escolares que, segundo Nunes (2001, p.15), “constituíram a possibilidade de reapropriação de espaços de sociabilidade crescentemente sonogados às classes trabalhadoras pelas reformas urbanas que lhes empurravam para a periferia da cidade.” Esses espaços foram para muitas crianças e adolescentes uma das poucas aberturas para uma vida futura de qualidade, capaz de formar cidadãos críticos e não apenas para o trabalho, desejo da política de esquerda, contra a escola pública daquele tempo.

Todavia, para melhor compreensão da educação integral nas escolas brasileira é preciso percorrer um longo caminho pela história. Partindo do conceito de educação definido por John Dewey (1978), filósofo-educador, inspirador, no Brasil, do movimento escolanovista⁴ de Anísio Teixeira, entendemos que educação é um elemento da vida do indivíduo capaz de transformação para o desenvolvimento, crescimento e formação do ser crítico social a partir da experiência.

Para o autor, a escola é um dos espaços possíveis de se desenvolver educação por se tratar de um meio institucional e sociável onde o indivíduo pode agir pensar e sentir, adotando um espaço simples, organizado e de interação social para acesso, permanência e participação, num ambiente social sadio, harmonioso e hospitaleiro.

Espaço de integração entre a família, religião e sociedade, capaz de promover uma educação integrada à vida, sem ameaça à formação da inteligência, tolerância e compreensão.

⁴ Escolanovista segundo o dicionário informal é aquele que segue uma proposta pedagógica de caráter humanista. (Dicionário Informal, 2014). Disponível em < <http://www.dicionarioinformal.com.br/escolanovista/>>. Acesso em jun.2016.

Inspirado por Dewey, Anísio Teixeira, idealizou e implantou a primeira experiência de Educação Integral no Brasil, na cidade de Salvador, estado da Bahia, numa proposta de educação para vida na ampliação de tempo e espaços escolares. (CAVALIERE, 2010).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (AZEVEDO *et al.* 2010) idealizado por Anísio Teixeira e mais 25 intelectuais brasileiros, nos ajudou a entender um pouco das trilhas percorridas pela Escola Integral até sua atual proposta para a Educação Brasileira.

Nos anos de 1930, alguns idealizadores da Escola Pública em nosso país desejavam uma escola que oferecesse diferentes frentes de aprendizagem, como a leitura, aritmética, escrita, ciências físicas e sociais, artes industriais, desenho, música, dança, educação física, saúde e alimentação. (AZEVEDO *et al.* 2010).

Anísio tratava a escola como um elemento vivo, adaptável ao meio social onde estaria inserida, e que a influência da família e de toda a sociedade no processo educativo seriam peças fundamentais para alcançar um modelo educacional eficiente. O processo educativo pensado em 1932 prossegue como função essencialmente pública, apresentada no Manifesto:

Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. (AZEVEDO *et al.* 2010, p. 43).

A partir da escola única o Manifesto de 1932 determinou a cada indivíduo o princípio do direito à sua educação integral,

[...] que cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais. Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, "escola comum ou única", que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais. (AZEVEDO *et al.* 2010, p. 44).

As classes mais privilegiadas acabam por assegurar a seus filhos uma educação determinada, mas é dever do Estado não admitir, dentro do sistema público de ensino, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Dessa forma, é dever do Estado garantir a todos os brasileiros durante o maior tempo possível uma formação idêntica, da escola infantil à universidade, uma educação comum, igual para todos.

Ainda na nova perspectiva educacional apresentada no Manifesto de 1932,

[...] a educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente público, o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais; cabe aos Estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas na Constituição e em leis ordinárias pela União a que competem a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação; o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com as suas aptidões naturais; única para todos e leiga, sendo a educação primária, gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até 18 anos e a gratuidade em todos os graus. (AZEVEDO et al. 2010, p. 44).

Mantendo o desejo de uma Educação Integral de qualidade, como nos mostra Cordeiro (2001), Anísio Teixeira acreditava que,

a escola de sucesso seria de tempo integral, tanto para os alunos, quanto para os professores. Quando se referia à universalização da educação básica para todos, assegurando em inúmeras situações que a educação não era privilégio de poucos, considerava a escolarização tradicional, à qual se contrapunha a proposta do Centro Popular, como apenas uma oportunidade de especialização, já que a educação era realizada no âmbito da classe e da sociedade, cabendo à escola apenas os ofícios intelectuais e sociais. (CORDEIRO, 2001, p.1).

No Centro Educacional Carneiro Ribeiro, idealizado por Anísio Teixeira no município de Salvador -BA na década de 1950, por exemplo, as atividades escolares aconteciam em dois modelos: Escolas-Classe no turno básico e nas Escolas-Parque no contra turno para complementação em sala de aula. Foram construídas quatro Escolas-Classe com mil alunos cada uma,

ao redor de uma única Escola-Parque com capacidade para quatro mil alunos em turnos alternados. (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009).

O objetivo da Escola-Parque era oferecer uma Educação Integral, garantindo à criança alimentação, atividade esportiva e artística, higiene, maior socialização e preparação para o mundo do trabalho com discussões permanentes sobre cidadania e cultura colaborativa.

O projeto Escolas-Classe e Escolas-Parque seguem até os anos de 1960, Anísio Teixeira juntamente com Darcy Ribeiro, criou o Plano Humano do Distrito Federal com a fundação da cidade de Brasília e inaugurou vários centros educacionais, construídos na mesma perspectiva do Centro Educacional Carneiro Ribeiro criado em Salvador, na Bahia. As escolas, além do currículo básico, propunham o acesso a aprendizagens sobre trabalho e à cultura ampla da humanidade, desenvolvendo o senso de responsabilidade, de ação prática e de criatividade. (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009).

Nessa proposta da Escola-Parque, Anísio pretendia a universalização de uma nova escola, onde crianças de todas as posições sociais formassem a inteligência, o caráter, os hábitos de pensar, de agir e de conviver socialmente, assim como pensava Dewey, com uma proposta de Educação Integral, posteriormente também idealizada por Darcy Ribeiro, e posta em prática com a construção do projeto dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) implantado no Rio de Janeiro.

Em 1980 no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, seguidor de Anísio Teixeira, idealizou os CIEPs que atendiam crianças e adolescentes em turnos estendidos e buscavam oferecer atividades educativas, recreativas e culturais, além das pedagógicas tradicionais, acolhimento social, atenção à saúde e alimentação, numa estrutura de **Escola Integral em Tempo Integral**. Aproximadamente 500 prédios escolares com essa estrutura foram construídos durante dois mandatos do governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (1983/1987 e 1991/1994) do Partido Democrático Trabalhista (PDT) (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009).

Além das atividades específicas inerentes a este grau de ensino, os CIEPs teriam funções mais amplas, como centro comunitário de educação, de cultura e de lazer. Atenderiam, através do programa de Educação Juvenil, no horário noturno, os jovens entre 14 e 20 anos que não receberam escolaridade de 1º grau na idade própria; atenderia a grupo de alunos de 7 a 14 anos residentes nos CIEPs (Projeto Alunos-Residentes), a fim de suprir a ausência de pais ou responsáveis; e constituiriam centros de cultura e lazer abertos também à comunidade em que estivessem inseridos. (Falas do professor, 1985) (FARIA, 1991, p. 14).

Nessa nova perspectiva de educação, foi proposto por Darcy Ribeiro um espaço que desenvolvesse nos indivíduos uma consciência crítica que levasse a encarar o que seria privilégio como direito, promovendo discussão, dúvida, questionamentos e oportunidade para mudanças nas transformações sociais, proporcionando assim não só uma Educação Integral, mas a totalidade de tempo, ou seja, em tempo integral, aquela capaz de desenvolver, educar, formar, criar hábitos e preparar para a vida.

Desta forma, os CIEPs para melhor assistir seus alunos também ofereciam a todos os estudantes atendimento médico-odontológico, quatro refeições, banhos e - ainda na proposta pedagógica apresentada pelo Programa Especial de Educação - material didático preparado para atender as classes de alfabetização e 5ª série, além de uma Consultoria Pedagógica de Treinamento (CTP), composta por 60 professores,

com o objetivo de priorizar a melhoria da qualidade de ensino, através de uma proposta pedagógica que enfatiza o estudo dirigido como forma de elevar o rendimento global dos alunos, favorecendo a integração das atividades físicas no currículo escolar e abrindo espaço para o trabalho de animação cultural, procurando integrar a escola à vida comunitária, através da promoção de eventos reunindo alunos, pais, vizinhos, artistas e professores. (FARIA, 1991, p.15).

A proposta pedagógica diferenciada dos CIEPs marcou historicamente a educação em nosso país, direcionando-a para a classe de baixa renda, a fim de diminuir as desigualdades sociais, “visando uma educação integrativa e renovadora da cultura”. (FARIA, 1991, p. 17).

Esse modelo de educação dos CIEPs propunha a transposição para além dos muros da escola, numa proposta de trabalho integrado, escola e comunidade, trazendo para seu interior informações que envolvessem o mundo por meio das atividades culturais, científicas e tecnológicas, num modelo construído ao longo da história pelas camadas populares de uma educação integral numa escola de tempo integral.

2.1. A Educação Integral aos olhos da gestão escolar no município de Juiz de Fora

Com base nas discussões sobre Educação Integral de acordo com os modelos propostos pela Escola Parque e CIEPs organizamos os conceitos sobre **Educação Integral, Educação Integral em Tempo Integral e Escola em Tempo Integral** de acordo com a literatura, as entrevistas e pesquisa de campo realizadas e que se aproximaram daquilo que foi o objetivo central dessa pesquisa, s pensamentos de GONÇALVES (2006), CAVALIERE (2007), COELHO (2002, 2014) e Projeto Político Pedagógico(2015-2017) da Escola Municipal Bom Pastor – EMBP bem como, os conceitos trazidos pelo MEC para o PME nos pensamentos de MOLL (2012), GADOTTI (2009) e a Supervisão da Educação Integral da Secretaria de Educação do Município de Juiz de Fora.

Para melhor entendermos o conceito de **Educação Integral** compartilhamos do pensamento de Gonçalves (2006) que a considera como aquela educação capaz de proporcionar aprendizagem durante a vida do sujeito pelas suas experiências de vida, com a família, com os pais, os pares, a nova família, na escola e nos mais variados espaços formais e informais.

[...] é aquela que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial. (GONÇALVES, 2006, p. 3).

Quando voltamos para a gestão da escola Bom Pastor, nas falas da diretora escolar e do coordenador pedagógico observamos que estes compartilham do mesmo pensamento de Gonçalves (2006) para tratar da Educação Integral, consideram o sujeito em sua totalidade e integralidade, com o cuidado de perceber as diferentes áreas de conhecimento que este necessita para sua formação.

Educação Integral para mim é aquela educação pensada para os sujeitos na sua totalidade seja emocional, física, cognitiva, [...]. (Marques – Coordenador EMBP).

Educação Integral tem o foco na formação e na integralidade do sujeito. [...]. Que fala as diferentes linguagens, as diferentes áreas do conhecimento que a gente necessita para nossa formação. (Fernandes – Diretora EMBP).

Sendo assim, a Educação Integral deve ser considerada como aquela que oferece formação intelectual, bem como afetiva, social e física. Deve proporcionar uma integração de tempos e espaços, com envolvimento de professores, educadores, família e comunidade no processo educativo como dever de todos. A Educação Integral amplia-se e para outros espaços e outros atores e não se apoia exclusivamente no professor e torna-se aquela em que os sujeitos se envolvem e compartilham saberes, dentro ou fora da escola.

Para entendermos o conceito de **Educação Integral em Tempo Integral** é importante analisarmos a expressão **Tempo Integral**, que aparece na proposta dos CIEPs. Para tanto, é importante considerar o tempo como ampliação da jornada e espaço escolares e como aquele ofertado pela escola para receber os alunos nessa extensão.

Gonçalves (2006) nessa discussão sobre a ampliação da jornada escolar apresenta a necessidade de pensarmos a aprendizagem em escolas de regime integral considerando a importância da educação integral.

Só faz sentido pensar na ampliação da jornada escolar, ou seja, na implantação de escolas de tempo integral, se considerarmos uma concepção de educação integral com a perspectiva de que o horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras. (GONÇALVES, 2006, p. 3).

Dessa forma, entendesse por Tempo Integral o regime escolar com ampliação de sua carga horária para além da exigida na proposta de educação básica, considerando que a proposta de Educação Integral em Tempo Integral para a classe média apresenta uma oferta extracurricular para a formação do educando com todas as condições necessárias tanto físicas quanto culturais, com atividades esportivas diversificadas, cursos de línguas, artes, leitura e outros.

Sendo assim, para aqueles de melhor poder econômico, a Educação Integral deixa de ser um direito assegurado constitucionalmente, assumindo um caráter mercadológico, o que nos leva a analisar a Educação Integral como uma política pública de educação, que deve oferecer maior oportunidade de formação e práticas curriculares diferenciadas, garantindo uma aprendizagem de qualidade para todos, sem discriminação e privilégios aos que podem pagar mais, a saber:

Abordar a educação integral e o desenvolvimento de uma escola em tempo integral implica um compromisso com a educação pública que extrapole interesses políticos partidários imediatos; que se engaje politicamente numa perspectiva de desenvolvimento de uma escola pública que cumpra com sua função social, qual seja, a de socializar as novas gerações, permitindo-lhes o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, contextualizando-o contribuindo na ampliação do capital simbólico existente, propiciando às crianças e jovens conhecer o mundo em que vivem e compreender as suas contradições, o que lhes possibilitará a sua apropriação e transformação. (GONÇALVES, 2006, p. 7).

Por sua vez a escola não pode perder sua real função, a de ensinar, e a proposta de Educação Integral para as escolas públicas não deve ser encarada como aquela capaz de suprir deficiências do meio familiar, da sociedade ou das famílias de baixa renda, nem mesmo ter apenas a preocupação de ampliar o tempo na escola como forma de garantir um direito às populações mais carentes.

Não basta apenas ampliar o tempo, é necessário todo um conjunto de ações em funcionamento a serem colocadas em prática para o bom desenvolvimento da escola para uma efetiva Educação Integral em Tempo Integral, que valorize as experiências, e eleve o sujeito a uma formação para além da aprendizagem escolar, envolvendo cidadania, cultura, aprendizagem e desenvolvendo as potencialidades cognitivas, afetivas, relacionais e outras.

Ao apresentarmos uma Escola em Tempo Integral devemos ter cuidado ao interpretar seu conceito, que se relaciona ao “Regime em Tempo Integral”, este considerado como a ampliação da jornada escolar para além do exigido na educação básica, que segundo Gonçalves (2006) só faz sentido se pensado na concepção de Educação Integral representando mais oportunidades e aprendizagens significativas e emancipadoras.

Analisando as entrevistas é possível perceber que tanto a gestão da Escola Bom Pastor, que se apresenta na fala do Coordenador Pedagógico e da Direção, quanto a gestão da Secretaria de Educação, representada na fala da Supervisora de Educação Integral, compartilham do mesmo pensamento ao tratar da expressão Regime de Tempo Integral.

Quando você pensa em Escola em Tempo Integral, pensa em uma escola que é diferente. Ela tem um tempo ampliado, com mais de sete horas diárias com o aluno ali dentro. De acordo com a lei do Decreto do FUNDEB somente a partir dessas 7 horas que essa escola funciona em tempo integral. (Fernandes – Diretora EMBP).

Regime de Tempo Integral... na verdade o regime é a forma como a escola vai funcionar, [...]. Então, o regime de tempo integral é a extensão da jornada, a extensão do tempo. (Marques - Coordenador EMBP).

Eu ligo muito essa palavra regime ao sistema, eu tenho um sistema de tempo parcial e eu passo a ter também um regime de tempo integral. Talvez regime no sentido de legalidade, [...] 1.600 horas no mínimo que são 7 horas diárias ou 8 horas diárias. Então, eu acho que o regime vem um pouco para abranger mais essa legalidade. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

Em termos de políticas públicas a Educação Integral pode ser conceituada como a ampliação do tempo e funções escolares de duas maneiras: uma oferecendo condições compatíveis em turno integral, tanto para alunos quanto para professores e outra que tende a articular instituições e projetos da sociedade que ofereçam atividades aos alunos no turno alternativo às aulas, não necessariamente no espaço escolar, mas, preferencialmente, fora dele, como acontece nas Escolas de Tempo Integral que aderiram à proposta do PME (CAVALIERE, 2007, p.2).

Ao compartilharmos do pensamento de Coelho (2014), para pensar Educação Integral em Tempo Integral, entendemos que ela também compreende a educação como aquela capaz de formar o sujeito em sua totalidade, para cidadania e participação responsável, com o tempo escolar ampliado, compreendendo não só as atividades pedagógicas, mas todas as outras possíveis.

Educação Integral em Tempo Integral envolve a concepção de educação integral [...], porém, nessa concepção do tempo integral, do tempo maior de ensino com o mesmo grupo. (Marques - Coordenador EMBP).

E a escola Bom Pastor procura em sua prática desenvolver essa modalidade de Educação compartilhando do conceito de Coelho (2004), foi possível observarmos isso quando o seu fazer pedagógico como uma formação integral foi apresentado durante a entrevista.

Eu acho que é uma formação integral. Não é como queríamos, mas é o foco da questão, até porque é uma escola que já vem discutindo isso há muito tempo. Os profissionais e eu acreditamos que temos conseguido fazer a educação integral em tempo integral, não acho que a gente só faz essa ampliação do tempo do menino confinado ali na escola. Eu acho que tem o interesse sim

de que nesse tempo ampliado a gente garanta para o menino uma formação também em amplitude de discussão, de ver áreas que ele não teria, como a área de teatro, a música, desde a Educação Infantil até o quinto ano. Como a questão de corpo, da dança também. Eu acho que há um foco também nessa questão da formação integral. (Fernandes – Diretora EMBP).

Por sua vez, o PME segue as bases teóricas apresentadas pelo MEC, para a escola pública de Educação Integral em Tempo Integral, baseada no princípio da “Cidade Educadora”⁵ e visa ampliar significativamente o número de escolas de Educação em Tempo Integral no país. (MOLL, 2012).

Por meio do PME, o Governo Federal estabeleceu como prioridade os recursos para as escolas com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e para alunos com carências sociais, expostos à pobreza e a desigualdades sociais, priorizando assim a proteção social a um determinado número de alunos, deixando de pensar na formação integral de todos que compartilham do mesmo espaço educativo.

O PME exhibe dentre as suas funções, o compromisso de superar as desigualdades sociais apresentadas nas escolas, facilitando o acesso dos alunos com baixa renda familiar às atividades socioculturais que venham fazer diferença nos processos de inserção social destes e diminuindo, assim, a desigualdade entre classes, numa proposta de Escola em Tempo Integral.

Nessa perspectiva, Escola em Tempo Integral relaciona-se com a organização escolar com mais tempo na escola, preocupando-se apenas com a permanência das crianças neste espaço, o que não significa oferecer Educação Integral. (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009).

Dessa forma, entendemos por Tempo Integral o regime escolar com ampliação de sua carga horária para além da exigida na proposta de educação básica, que não deve ser confundido com a proposta de Educação Integral que vai além da ampliação do tempo.

Como apresenta Gadotti (2009), o regime de Tempo Integral deve estar atrelado a uma proposta de Educação Integral pensada para ampliação da aprendizagem e permanência na escola, com atividades físicas e culturais em espaços adequados, sem a escola perder sua qualidade e proposta pedagógica, ofertando apenas suporte assistencialista.

⁵ A concepção de **Cidade Educadora** remete ao entendimento da cidade como **território educativo**. Nele, seus diferentes espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, que podem, ao assumirem uma intencionalidade educativa, garantir a perenidade do processo de formação dos indivíduos para além da escola, em diálogo com as diversas oportunidades de ensinar e aprender que a comunidade oferece. Centro de Referências em Educação Integral disponível em <<http://educacaointegral.org.br/glossario/cidade-educadora/>>.

Mas não devemos esquecer que a Educação Integral se dá em tempo integral, nos diversos espaços, e não apenas na escola, mas na família, na rua, no meio onde se vive em todos os turnos - manhã, tarde e noite - no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências, em todos os cantos, em diferentes espaços, tempos e durante e por toda vida inteira: da infância à velhice. (GADOTTI, 2009, p. 22).

Gadotti (2009) acredita na escola como função “integral, integrada e integradora”, utilizando dos espaços ao redor para integrar ao Projeto Político Pedagógico da escola, como as igrejas, as quadras de esporte, os clubes, as academias de dança, com aulas de capoeira e de ginástica, os parques, as praças, museus, cinemas, espaços universitários, bibliotecas, centros de estudos, Organizações Não Governamentais - ONG, movimentos sociais, e outros possíveis de integrar a escola, o bairro e a comunidade.

Para o autor, a escola deve valorizar o sujeito em seu meio e suas experiências como peças fundamentais no seu aprendizado, pois grande parte do que sabemos é aprendido fora da escola, no seio da família, na igreja e na comunidade onde se vive, apresentando uma Escola de Educação Integral em Tempo Integral.

Gadotti (2009) completa o pensamento dizendo que

[...] o tempo integral, para ser efetivo, deve ser opção voluntária da escola ou de um conjunto de escolas. Não pode ser imposto. As escolas precisam ter condições para implantar essa inovação educacional. Precisam participar, desde o início, da discussão dessa nova política educacional e acompanhar o seu desenvolvimento. A implantação do tempo integral nas escolas exige preparo técnico-político e formação, tanto dos pais quanto dos alunos, dos professores e demais funcionários da escola (GADOTTI, 2009, p. 36).

O pensamento de Coelho (2014), entende que a escola deve olhar o sujeito em sua totalidade com o tempo escolar ampliado, atendendo tanto suas necessidades pedagógicas como todas as outras possíveis. Contudo, quando ouvimos a representante da Secretaria de Educação do Município, percebemos que seu pensamento em relação à Educação Integral em Tempo Integral não concorda totalmente com autora.

[...] não necessariamente educação integral necessita de sete horas diárias, ela pode ser muito bem articulada com um grupo de professores em tempo parcial, a diferença é que quanto mais eu articulo mais tempo eu necessito, [...] em

tempo integral, significa uma expansão desse tempo. Então, eu tenho uma produção de educação integral articulada e que exige mais tempo para desenvolver essa articulação [...]. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

Para Freitas a Educação Integral não está diretamente ligada à ampliação do tempo da criança na escola. Nesse ponto ela se aproxima da discussão proposta por Gonçalves (2006), porque a ampliação do tempo só se torna necessário à medida que a proposta pedagógica da escola se abre para novas oportunidades de práticas e ensino-aprendizagem em áreas diversas. Nesse sentido a aliança entre a Educação Integral e o Tempo Integral se torna necessária para o bom desenvolvimento da formação integralizada. De acordo com Gadotti (2009), nesse momento de definições do Projeto Político Pedagógico seria necessária toda a comunidade escolar para parar e refletir como implementar essa nova modalidade pensando na junção da estrutura física da escola com a comunidade, os educadores e as atividades a serem desenvolvidas

A gente tem tentado formar uma legalidade com as escolas para esse processo, para elas entenderem que quando eu faço um processo mais estendido têm algumas diretrizes a serem seguidas. Com relação à educação integral a gente tem tentado difundir essa concepção, que não é tão nova, a gente tem tentado trazer para a escola repensar o seu processo, será que o conteúdo que você está trabalhando, a forma que você está trabalhando, surte o mesmo efeito do que se você tivesse uma contrapartida de outros parceiros? Será que eu não tenho uma ONG do lado da minha escola? Será que não existe uma unidade básica que vai trazer informação na área da saúde, na área da ciência, na área até do próprio meio ambiente? Então, pensar o processo educativo de uma forma mais ampla e não centrado apenas no registro do livro didático, ou no registro da cópia do quadro. A gente tem tentado trabalhar com a formação integral, mas também, com o regime de tempo integral, difundindo a partir da formação na reunião de coordenação e diretores. É claro que internamente cada um pensa o seu contexto, mas todos seguem um padrão por conta das diretrizes. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

Tal proposta de trabalho articulado na escola Bom Pastor segue com a preocupação de formar cidadãos de maneira integral, articulando as possibilidades atuais com atividades, espaço e tempo disponíveis para o desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas para qualidade da formação desses sujeitos. Trabalho este que difere das escolas de tempo parcial que aderiram ao PME utilizando das modalidades de atividades oferecidas, como oficinas, por exemplo, para ampliar a jornada em seu contra turno, como descreve Marisa de Freitas, supervisora da Educação Integral Municipal.

[...] as escolas têm tentado trabalhar da seguinte forma: tem um turno regular e pensa-se nesse momento do almoço, nesse intervalo entre o turno e o contra turno. Acontece no contra turno a estruturação dessas oficinas. Cada escola pensa a sua modalidade de horário, de quarenta (minutos) quando são anos iniciais, e cinquenta (minutos) dos anos finais, às vezes têm escolas que optaram por trabalharem nas oficinas com o tempo de uma hora, então as escolas vêm se adaptando de acordo com seu contexto, e de acordo com seu alunado. A nossa estrutura é pensar em um mínimo de sete horas dentro do Programa Mais Educação, e no mínimo de oito horas para o Sistema em Tempo Integral, vamos dizer assim, quando tem uma turma completa, porque aí o horário de almoço é adotado, assim a gente tem dado suporte às escolas. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

A partir da base conceitual discutida notamos certa dificuldade em colocar em prática os princípios da Educação Integral em Tempo Integral a partir do PME.

E apesar dos muitos problemas enfrentados por essa escola, que ainda vamos apresentar no capítulo quatro, podemos observar na fala da coordenação e direção que ambos possuem a mesma visão sobre a educação oferecida por eles, o que pode tornar seus objetivos de trabalho possíveis mesmo diante de tantos entraves enfrentados pela educação básica em nosso país e, principalmente, nesse espaço escolar.

[...] para mim, e para o corpo da gestão, nós somos uma Escola de Educação Integral em Tempo Integral. (Marques - Coordenador da EMBP).

[...] porque eu acho que a gente não trabalha nesse campo da lamúria e fazemos o que é possível hoje, com o melhor que a gente pode. E, lamentavelmente, não consegui algumas coisas que deveriam ser melhoradas, mas não acho que é só ampliação de tempo. (Fernandes - Diretora EMBP).

Desenvolver um trabalho que abrange a educação integral em uma escola com a modalidade de tempo integral requer compromisso com a educação pública para além dos interesses políticos propiciando aos sujeitos conhecer o mundo em que vivem, valorizando suas experiências e permitindo a sua apropriação e mudança. (GONÇALVES, 2006).

2.2. O que diz a legislação?

Nas últimas décadas, pressionada pela luta de educadores e movimentos que lutam para tornar a Educação Integral um direito de todos e não privilégio de poucos e lutam contra a escola dominante proposta pela burguesia, e pelo compromisso de possuir um projeto de sociedade democrática, a Legislação Brasileira, assegura ao educando diversos direitos a uma educação voltada para a formação de um cidadão. Na Constituição (1988) observamos os seguintes artigos,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. [...].

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Emenda nº 65, 2010).

Em 1990, publicou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA- que também apresenta a importância de uma educação integral e de qualidade para o desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças e adolescentes para além da escola básica, como podemos observar nos artigos em destaque:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (BRASIL, 1990).

Mais à frente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a educação integral aparece mais uma vez em destaque para promover o desenvolvimento do indivíduo e prepará-lo para o exercício da cidadania, destacando o art. 34 que trata especificamente da ampliação da jornada escolar.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º. São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. [...]

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º. A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º. O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade. (BRASIL, 1996).

Em 2007, no governo Lula, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar a educação básica no Brasil num prazo de quinze anos, com ações a serem desenvolvidas conjuntamente pela União, Estados e Municípios. Destacamos a ação voltada ao Programa Mais Educação: “[...] alunos passarão mais tempo na escola, terão mais atividades no contra turno e ampliação do espaço educativo; [...]”. (BRASIL, 2007b, s/p.).

Um conjunto de medidas também foi criado pelo Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” (Decreto nº 6.094/07) que visa a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007a)

Para o apoio e liberação de recursos para todas as etapas da Educação Básica Pública, que compreende creches, pré-escola, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, o PDE conta com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), aprovado também em 2007, além de aprovar uma Portaria em 1º de julho de 2010, prevendo financiamento para a implantação da educação integral, através do Programa Mais Educação - PME. (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2009).

Muitos são os debates atuais sobre a questão da ampliação da jornada escolar, sobre a Educação Integral e sobre a Escola de Tempo Integral, pois o Brasil está vivendo o desafio da qualidade de sua educação básica em todos os contextos, uma vez que se ampliou o acesso sem pensar na qualidade. (GADOTTI, 2009, p. 51).

O Plano Nacional de Educação (PNE), pensado para o período compreendido entre os anos de 2014 a 2024, desde dezembro de 2010 também traz um avanço para a Educação Integral, tornando essa modalidade uma meta a ser atingida em todo o país. Prevê na meta de número seis a oferta de Educação em Tempo Integral para no mínimo 50% das escolas públicas e o atendimento de ao menos 25% dos estudantes de educação básica do Brasil. Além dessa meta, também prevê na meta de número um, sobre a educação infantil, o estímulo a uma Educação Infantil em Tempo Integral para todas as crianças de até cinco anos de idade, como já está estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. (BRASIL, 2014b)

Como podemos ver, para atingirmos uma Educação Integral nas escolas públicas ampliando a jornada escolar no regime de Tempo Integral, ainda há um longo caminho a ser percorrido e esse caminho hoje conta com uma agenda de Educação Integral e um programa envolvido na política educacional brasileira, os quais discutiremos a seguir.

3. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME)

Hoje, a perspectiva de Educação Integral em âmbito nacional se dá nas escolas da rede pública de ensino através do Programa Mais Educação – PME, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10. A fim de integrar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (2007b), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, nessa perspectiva.

O Programa Mais Educação é um programa federal instituído pelo Ministério da Educação – MEC. Por meio dessa Portaria interministerial e regulamentado por esse Decreto, constituindo-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral (BRASIL, 2010a).

Com a implantação do Programa Mais Educação foi ampliada a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo sete horas diárias, com atividades escolhidas a partir dos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

A cada ano são escolhidas seis atividades, de acordo com os projetos escolhidos pela escola sendo que uma destas atividades é obrigatória e deve estar inserida no macrocampo acompanhamento pedagógico, acompanhando a Resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE apresentados anualmente no manual específico relativo à Educação Integral. (BRASIL, 2010a).

Esse manual “O caderno Passo a Passo Mais Educação” orienta e detalha de forma objetiva, os profissionais que gestarem o Programa, com informações sobre o público alvo, os profissionais responsáveis, o papel do professor comunitário/professor coordenador, os macrocampos e as atividades.

O Programa Mais Educação, coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), em parceria com as Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação, além de contar com o PDDE conta também com Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que também faz parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O Programa, inicialmente, objetivava atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas.

Instituído como política de ação contra a pobreza, exclusão social e marginalização cultural, tem como meta aumentar a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades opcionais que foram agrupadas em macrocampos, defendendo a ideia de que a ampliação do tempo e espaços educativos seja a solução para a problemática da qualidade de ensino.

As atividades tiveram início em 2008, com a participação de mil trezentas e oitenta escolas, em cinquenta e cinco municípios, nos vinte e sete estados para beneficiar trezentos e oitenta e seis mil estudantes. Em 2009, houve a ampliação para cinco mil escolas, cento e vinte seis municípios, de todos os estados e no Distrito Federal com o atendimento previsto a um milhão e quinhentos mil estudantes, inscritos pelas redes de ensino, por meio de formulário eletrônico de captação de dados gerados pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). Hoje, o PME está em quase cinquenta mil escolas nos estados e Distrito Federal e expandiu também para o Campo em 2012⁶. Se o Programa Mais Educação visa ampliar o tempo e a permanência na escola, e educação é um processo de continuidade da vida do indivíduo, seria importante que o espaço escolar fosse pensado integrado ao cotidiano? Será que é capaz de proporcionar experiências coletivas, promovendo constantes e permanentes desenvolvimentos das crianças e jovens não havendo separação entre a vida e a educação? Passaria a escola a assumir situações de comunicação e de cooperação entre os aprendizes, visando propósitos comuns, tendo em vista ações educativas voltadas ao desenvolvimento do indivíduo de forma integral?

As medidas criadas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/07) tornam-se mais um instrumento que visa à melhoria da qualidade da educação básica em cada território (BRASIL, 2007a). Junto ao Programa Mais Educação, o Plano de Metas visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens, de acordo com as orientações previstas no Manual Operacional de Educação Integral, afim de,

- I. contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;
- II. promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;
- III. integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;

⁶ Informações obtidas no site oficial do Ministério da Educação, disponível em <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>> acesso em junho de 2015.

- IV. promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;
- V. contribuir para a formação e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;
- VI. fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não-governamentais e esfera privada;
- VII. fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;
- VIII. desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em territórios mais vulneráveis;
- IX. estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2012, p. 4).

O Manual Operacional da Educação Integral (2008) apresentou as atividades ofertadas pelo Programa Mais Educação e sua organização por macrocampos, sendo obrigatório o Acompanhamento Pedagógico, tendo a opção de escolha por outras atividades envolvidas como Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Cultura Digital; Prevenção e Promoção da Saúde; Comunicação e uso de Mídias; Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica/Economia Criativa. (BRASIL, 2008)

Cada macrocampo é composto por uma lista de atividades a serem escolhidas para a organização curricular da ampliação da jornada escolar nas escolas, podendo ser escolhidos de três a quatro macrocampos, desenvolvendo cinco ou seis atividades e mais a atividade de acompanhamento pedagógico.

Os macrocampos escolhidos e as atividades, por sua vez devem estar definidos de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada escola, e desenvolvidos “dentro e fora do ambiente escolar, ampliando tempo, espaço e oportunidades educativas, na perspectiva da Educação Integral do estudante.” (BRASIL, 2012, p. 9).

Para aderir ao Programa, as escolas deveriam seguir alguns critérios apresentados no Manual Operacional da Educação Integral que no ano de 2008 era destinado

às redes que tivessem alunos matriculados no ensino fundamental, localizadas em regiões metropolitanas com alto índice de vulnerabilidade social e selecionadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (Secad/MEC) conforme relação disponível no site www.fn.de.gov.br, por intermédio de suas UEx. (BRASIL, 2010, p. 2).

Estes critérios ao longo dos anos foram sofrendo alterações apresentadas no Manual Operacional da Educação Integral de acordo com sua necessidade para a implementação da Educação Integral como apresentado em 2010:

escolas contempladas com PDDE/Integral no ano de 2008 e 2009; escolas com baixo IDEB e/ou localizadas em zonas de vulnerabilidade social; escolas que estejam localizadas nas capitais e nas cidades das nove regiões metropolitanas conforme os dados do IBGE: Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Salvador/BA, Recife/PE, Fortaleza/CE, Belém/PA e Curitiba/PR; escolas das cidades com mais de 163 mil habitantes pertencentes ao Grupo de Trabalho das Grandes Cidades/SEB/MEC; escolas das cidades com mais de 90 mil habitantes. (BRASIL, 2010b, p. 9).

Em 2012, outros critérios foram apresentados incluindo as escolas do campo:

escolas contempladas com PDDE/Integral no ano de 2008, 2009, 2010 e 2011; escolas estaduais, municipais e/ou distritais que foram contempladas com o PDE/Escola e que possuam o IDEB abaixo ou igual a 4,2 nas séries iniciais e/ou 3,8 nas séries finais; escolas localizadas nos territórios prioritários do Plano Brasil Sem Miséria; escolas com índices igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família; escolas que participam do Programa Escola Aberta; e escolas do campo [...] São critérios específicos para as escolas do campo: escolas estaduais e municipais do ensino fundamental localizadas no campo; Escolas com UEx próprias. Escolas localizadas em municípios com índices de pobreza do campo (maior ou igual 25%); Escolas localizadas em municípios de população com 15 anos ou mais não alfabetizados (maior ou igual 15%); Escolas localizadas em municípios com docentes do campo sem formação superior (maior ou igual 20%); Escolas situadas em municípios com população do campo (maior ou igual 30%); Escolas situadas em municípios com assentamentos da reforma agrária com 100 famílias ou mais; Escolas situadas no campo com 74 matrículas ou mais; Escolas situadas em Comunidades de Remanescentes de Quilombos com 74 matrículas ou mais. (BRASIL, 2012, p. 7, 42-43).

Em 2013, “O Manual Operacional da Educação Integral”, através do Programa Mais Educação, estabeleceu novos critérios para seleção das unidades escolares:

Escolas contempladas com PDDE/Integral nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012; Escolas estaduais, municipais e/ou distritais que foram contempladas com o PDE/Escola e que possuam o IDEB abaixo ou igual a 3,5 nos anos iniciais e/ou finais, IDEB anos iniciais < 4.6 e IDEB anos finais < 3.9, totalizando 23.833 novas escolas; Escolas localizadas em todos os municípios do País; Escolas com índices igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família. [...] Unidades escolares do campo em 2013: Municípios com 15% ou mais da população “não alfabetizados”; Municípios que apresentam 25% ou mais de pobreza rural; Municípios com 30% da população “rural”; Municípios com assentamento de 100 famílias ou mais; Municípios com escolas quilombolas e indígenas. (BRASIL, 2013, p. 21).

Para o ano de 2014, esses critérios foram mantidos contemplando as escolas urbanas e as escolas do campo com a oportunidade de uma escola de Educação Integral de qualidade. (BRASIL, 2014a).

3.1. Olhando a Educação Integral a partir da política de educação do município de Juiz de Fora

Para melhor compreendermos a proposta municipal da Educação Integral, vamos apresentar a política do município de Juiz de Fora a partir da Lei Municipal nº 11669 de 22 de setembro de 2008 específica, que institui o Programa “Escolas de Educação em Tempo Integral” do qual a Escola Municipal Bom Pastor escolhida como campo dessa pesquisa, faz parte, juntamente com três escolas municipais participantes do programa desde o seu início.

Tal Programa teve início no ano de 2006, com a finalidade de atender quatro escolas iniciais, sendo duas dessas escolas de atendimento exclusivo aos alunos da Educação Infantil; uma de atendimento à Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental; e uma localizada na Zona Rural com atendimento à Educação Infantil e todo Ensino Fundamental.

No ano de 2008, mais quatro escolas da rede municipal de educação de Juiz de Fora prepararam-se para a implantação da organização em tempo integral contando com a parceria entre a Secretaria de Educação de Juiz de Fora - SE/JF, a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e as escolas, bem como o empenho de educadores locais. Isso foi possível devido aos muitos estudos advindos do Projeto “Tempos na Escola” que contava com um grupo de coordenadores, envolvendo profissionais da SE/JF; equipe da UFJF composta pela professora coordenadora do Projeto, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-graduação e bolsistas de

iniciação científica, extensão e treinamento profissional; e professores das escolas de Educação em Tempo Integral do município. (JUIZ DE FORA, 2008b).

Foram vários encontros em cada uma das escolas e também a realização do “I Encontro das Escolas Municipais de Educação em Tempo Integral de Juiz de Fora” para a discussão de questões e concepções que envolviam o desenvolvimento da Educação em Tempo Integral municipal, bem como a construção das linhas orientadoras das Escolas de Educação em Tempo Integral de Juiz de Fora. As discussões envolveram as questões políticas e de financiamento; infâncias/crianças, adolescente/juventudes, tempo e espaço, educação em tempo integral, o ensinar e o aprender; e a proposta curricular para a Educação em Tempo Integral. (JUIZ DE FORA, 2008b)

Por sua vez, com o intuito de “prolongar a permanência dos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do município de Juiz de Fora, educando-os para o pleno exercício de cidadania e orientando-os para a vida” a instituída Lei Municipal 11.669/2008, prevê uma modalidade mais ampla de educação integral, como podemos observar:

Art. 2º A Escola de Educação em Tempo Integral tem como objetivos:

- I - promover a permanência do educando na escola, ampliando as possibilidades de aprendizagem, com um currículo diversificado, explorando situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural;
- II - proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- III - incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional, implementando a construção da cidadania;
- IV - adequar as atividades educacionais à realidade de cada região;
- V - proporcionar ao educando uma experiência educativa que possibilite um desenvolvimento integral, considerando os aspectos cognitivo, motor, social, emocional e cultural;
- VI - reforçar a escola como um espaço de socialização, onde o aluno possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção de mundo, de sociedade e de homem;
- VII - proporcionar aos alunos alternativas de ação e de exercício no campo social, cultural, esportivo e tecnológico em ambientes coletivos diversificados;
- VIII - vincular as atividades pedagógicas às rotinas diárias de alimentação, higiene e recreação.

Art. 3º A Escola de Educação em Tempo Integral prevê o atendimento de escolas da rede pública municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental que atendam aos seguintes critérios:

- I - intenção expressa da comunidade escolar em aderir ao Programa, ouvido o Colegiado Escolar;
- II - espaço físico compatível com o número de alunos, salas de aula e espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades em período integral.

§ 1º As novas escolas a serem criadas e as que sofrerem reorganização em sua estrutura de atendimento, em virtude de ampliação e/ou construção de novos prédios, serão equipadas visando a possibilidade de adesão ao Programa de Escola de Educação em Tempo Integral.

§ 2º A instituição dos Programas da Escola de Educação em Tempo Integral será feita de forma progressiva, observando as seguintes condições:

I - previsão no plano plurianual;

II - previsão na proposta orçamentária;

III - características e necessidades da demanda escolar a ser atendida pela escola.

Art. 4º A Escola de Educação em Tempo Integral funcionará, obrigatoriamente, nos turnos da manhã e da tarde, tendo sua organização curricular diversificada, com uma jornada mínima de 8 (oito) horas diárias e carga horária semanal de 40 (quarenta) horas. Parágrafo único. Entenda-se por currículo diversificado o que envolve ações concebidas pela equipe escolar em sua proposta pedagógica, constituindo-se por atividades de natureza teórico-prática, inovadora, integrada, e relacionada a conhecimentos previamente selecionados, a serem realizadas pelos alunos, em espaço adequado, na própria unidade escolar ou fora dela, desenvolvidas por meio de metodologias, estratégias e recursos didático-tecnológicos coerentes com as respectivas atividades. (JUIZ DE FORA, 2008a)

Essa lei municipal foi elaborada tendo como referência o Plano Nacional de Educação pela Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que em seus objetivos e metas, orientava sobre a ampliação progressiva da jornada escolar (BRASIL, 2014b), bem como pelo Plano Decenal Municipal de Educação para o período de 2006/2015, Lei Municipal nº 11.145, de 31 de maio de 2006, que apresentou como meta para o Ensino Fundamental a ampliação gradativa do horário de atendimento nas escolas da rede pública, respeitando a carga horária do professor, garantindo profissionais especializados adequados para o desenvolvimento das atividades extracurriculares, tais como: oficinas literárias, artísticas, esportivas, tecnológicas e outras e ainda pelo Plano Plurianual para o período de 2006/2009, pela Lei Municipal nº 11.060, de 05 de janeiro de 2006, o Programa 0049 que define a democratização do acesso das crianças à escola, condições de permanência e o sucesso escolar, prevendo não só a construção de escolas de Educação em Tempo Integral, mas também a reorganização de outras instituições para o atendimento em Tempo Integral (MATTOS, 2012).

Dessa forma, as escolas de Educação em Tempo Integral passariam a receber recursos municipais e federais para seu financiamento, assim como as demais escolas da rede municipal, recursos estes, transferidos diretamente para as escolas por meio da Caixa Escolar, como o PNE, PDDE.

A rede municipal de educação de Juiz de Fora passou, então, a ter um compromisso socioeducativo com a formação integral em tempo integral, de crianças e adolescentes que passariam a frequentar essas unidades escolares, advindas de interesses da sociedade civil demandada sua necessidade ao Poder Público, devendo esta cumprir com o previsto pela Lei Municipal 11.669/2008, ofertando possibilidades de aprendizagem adequadas com um currículo diversificado, explorando situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural, proporcionando aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico, além de participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional, implementando a construção da cidadania. (MATTOS, 2012).

Com a implementação da lei referida, a rede municipal de ensino possibilitou ainda um desenvolvimento integral, considerando a escola como um espaço de socialização, ofertando espaço físico compatível com o número de alunos, salas de aula e espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades em período integral, onde o aluno possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção de mundo, de sociedade e cidadania. Essa formação dos sujeitos se tornou o elemento principal da análise que segue.

4. TEMPO E ESPAÇO: UM DESAFIO PARA A FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

Como professora da rede pública e pesquisadora, pude notar, através de levantamento bibliográfico, que Teixeira (1957 apud Cavaliere 2010), Eboli (1983) e Dewey (1978) conceituam que a Escola de Educação Integral deve se preocupar em trazer a vida para a escola, deve valorizar a experiência dando ao indivíduo condições de viver plena e integralmente, uma vez que só vivendo ele poderá desenvolver e ganhar hábitos morais e sociais de que precisa para se tornar um cidadão capaz de administrar a própria vida de forma feliz e integrada em um meio dinâmico como o de hoje.

O Tempo Integral deve também dar oportunidade aos indivíduos na aquisição da independência e direção, permitindo viver com os outros com a máxima tolerância, mantendo sua personalidade, dando oportunidade para resolver os seus problemas morais e humanos por meio de uma atuação integrada e responsável de forma democrática. (DEWEY, 1978).

Assim, para se desenvolver uma aprendizagem integral, numa proposta de Educação Integral, para além da ampliação do tempo e espaço e do assistencialismo⁷ é fundamental que a situação escolar e a vida do indivíduo estejam unidas e harmonizadas num mesmo cordão, como um todo contínuo, proporcionando a vivência de experiências pelo caminho percorrido.

Isso torna a ampliação do tempo e espaço em um desafio para a Educação Integral em Tempo Integral. Foi esse o desafio enfrentado pela Escola Municipal Bom Pastor ao participar do Programa “Escolas de Educação em Tempo Integral”, o que nos levou a refletir, agora sob a perspectiva da coordenação e direção da mesma, sobre o Tempo Integral, a Educação Integral em Tempo Integral, o Programa Mais Educação e suas contribuições para a Educação Integral na oferta de uma Educação Integral em Tempo Integral na rede municipal de ensino de Juiz de Fora.

4.1. A Escola Municipal Bom Pastor

A Escola Municipal Bom Pastor – EMBP localiza-se na Região Sul de Juiz de Fora,

⁷ Entendo assistencialismo como a assistência oferecida pelo governo às pessoas mais carentes ou com maiores necessidades sociais para viverem dignamente na sociedade, mas que na verdade camufla um problema social, deixando de atender os direitos destes sujeitos.

situando-se no bairro Cidade Jardim, o qual é povoado por famílias de classe média alta, todavia, o bairro, onde está localizada a escola, não condiz com a realidade do alunado.

A escola atende atualmente quarenta e dois bairros e sua maior concentração são os bairros periféricos: Vila Ideal, Solidariedade, Olavo Costa, Vila Ozanan, Furtado de Menezes, Santa Luzia, Ipiranga, Bela Aurora, Previdenciários. A diversidade sociocultural se reflete no cotidiano escolar, por receber um grande contingente de famílias oriundas de diversos bairros.

A cidade de Juiz de Fora, na qual a escola está inserida, apresenta porte médio, sobressaindo-se no meio cultural por sua Universidade Federal e por um número significativo de faculdades particulares. Apesar de seu declínio no setor industrial, o município se destaca no cenário político-econômico de Minas Gerais, voltada atualmente para o comércio, é considerada referência na Zona da Mata mineira também no setor de saúde (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).

A Escola Municipal Bom Pastor iniciou suas atividades em 1998 no prédio das Obras Sociais do Bom Pastor que atendia crianças de mães trabalhadoras nas residências circunvizinhas, em regime de comodato⁸. Até o ano de 2005, a escola funcionava em tempo parcial, sob Portaria de criação nº 002/2000 de 16/03/2000, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, oferecendo a Educação Infantil (1º e 2º períodos) e o Ensino Fundamental (anos iniciais). Atualmente, sua organização do tempo escolar conta com o Programa Escola de Educação em Tempo Integral, conforme a Lei n. 11.669/08 da SE/JF (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico - PPP, a escola continuou um trabalho iniciado pela creche das Obras Sociais, fato este que gera uma concepção assistencialista do ensino por parte das famílias dos alunos. Acreditamos que esse assistencialismo se acentua por estarem no mesmo prédio em regime de comodato e pela organização em tempo integral, como reforça a fala da coordenação pedagógica.

A escola funciona em um prédio emprestado, no andar de baixo funciona uma creche, que é uma instituição filantrópica. Tem todo um regime de atendimento diferenciado do nosso, uma concepção diferente da nossa. É um prédio vertical de 3 andares com um espaço externo em cima, que você visitou, onde tem a quadra, o parquinho e um campo. A escola divide esse espaço com essa creche que é da associação. Nós ficamos com os dois últimos andares, que são

⁸ Comodato é o empréstimo gratuito de alguma coisa que deve ser restituída em tempo pré-estabelecido pelas partes interessadas. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/comodato/>>. Acesso em junho de 2016.

o segundo e o terceiro, e com o espaço externo que é lá em cima na quadra. (Marques - Coordenador EMBP).

Nessa fala podemos observar duas questões que requerem melhor investigação nessa pesquisa, uma em relação à questão assistencialista e a outra em relação ao espaço onde essa escola se encontra em funcionamento. Quando tratamos de Educação Integral em Tempo Integral temos como concepção a formação dos sujeitos envolvidos e sabemos que a primeira proposta trazida pelo PME vem com um caráter assistencialista para escolas que apresentam baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e alunos em situações de vulnerabilidade social.

Sabendo que a escola faz atendimento a partir da Educação Infantil com crianças na faixa etária de 4 anos, pensamos em como deve ser difícil o acesso e locomoção desses alunos nesse prédio verticalizado e cheio de escadas, em como isso pode prejudicar alunos e professores para os acessos às salas e espaços reservados para atividades básicas.

A Lei Municipal criada para resguardar a Educação Integral em Tempo Integral é bem clara no parágrafo dois do artigo três sobre a adequação do espaço físico que deve ser “compatível com o número de alunos, salas de aula e espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades em período integral”. (JUIZ DE FORA, 2008, p.)

A comunidade atendida pela escola, de acordo com dados socioeconômicos solicitados nas matrículas dos alunos, possui como o perfil de escolarização pessoas com o ensino fundamental incompleto e/ou completo, de forma geral, as pessoas precisaram abandonar seus estudos bem cedo para ingressarem no mercado de trabalho. (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).



Fotografia 1 Fachada da Escola Municipal Bom Pastor



Fotografia 2 Porta de entrada da escola.

A renda familiar gira em torno de um a dois salários mínimos, na grande maioria são as mulheres responsáveis pelos alunos que sustentam suas casas, trabalhando tanto em seu próprio lar, mas, principalmente, fora dele, como domésticas, faxineiras, diaristas e serviços gerais em empresas de conservação. Quanto aos homens, estes trabalham em setores terciários, tais como: pedreiros, porteiros, mecânicos, autônomos (camelôs, "biscates") (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).



Fotografia 3 Escada de acesso ao 2º e 3º andares.



Fotografia 4 Rampa de acesso à quadra coberta e ao parquinho.



Fotografia 5 Parquinho gramado.

O nível socioeconômico é precário, pois muitos não possuem moradia adequada, para alguns, falta infraestrutura mínima para sobrevivência. Os mais carentes recebem assistência através dos programas sociais dos governos municipal e/ou federal, como: Bolsa família; Bolsa escola, cestas básicas, vale gás; Cemig; LOAS (Benefício de Progressão Continuada); CRAS (Centro Regional de Assistência Social); NEACE (Núcleo Especializado de Atendimento Educacional) (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).

Fazendo uma relação com a questão social das famílias atendidas, o assistencialismo e o espaço escolar não favorecem o projeto educativo reflete e pratica a formação integral e emancipatória. Podemos dizer que o município e a Secretaria de Educação não proporcionaram as condições educacionais satisfatórias para os sujeitos envolvidos nessa escola.

Ficou claro que a oferta dos programas federais, embora tenham mudado sua roupagem para um caráter mais pedagógico nos últimos anos, ainda apresentam características assistencialistas uma vez que os problemas sociais das comunidades escolares são camuflados e os direitos básicos dos sujeitos envolvidos não são atendidos em sua totalidade.

Ainda de acordo com o PPP, até o início de 2009 a escola estava pedagógica e administrativamente muito desorganizada porque não possuía um Projeto Político Pedagógico construído por toda a comunidade escolar.

Um elemento importante na Escola Municipal Bom Pastor são os profissionais que atuam na escola. Eles acreditam numa educação em tempo integral, e compreendem que esse modelo é um instrumento de humanização de todos os sujeitos da comunidade escolar, e conseguem perceber a diferença para uma educação de cunho assistencialista. Os profissionais estão em conformidade com a proposta de mudança da escola evitando os maus hábitos e implantando hábitos positivos. Em sua grande maioria são profissionais contratados, o que, segundo a direção, pode ser considerado um ponto positivo como mostra sua fala em entrevista para esta pesquisa.

[...] é um grupo móvel, por ser uma escola em tempo integral e ter as áreas diversificadas, temos muitos contratados. Então, é um grupo que oscila, ora é uma contratada, ora é outra, nas diferentes áreas, e isso querendo ou não é bom.... Defende-se muito a efetivação dos profissionais, mas tem hora que essa história do contrato oxigena, com eles chegam mais ideias novas, chega gente com gás novo, isso também é bom, eu não acho que é só um ponto negativo, isso também é bom. Então, eu avalio como um grupo com qualidade tanto de formação quanto de envolvimento. (Fernandes - Diretora EMBP).

É possível observar que a escola conta também com um excelente quadro profissional, apesar da sua maioria ser constituída por profissionais contratados, quase todos possuem formação superior completa, com graduação e pós-graduação, profissionais com mestrado e doutorado. Eles formam um grupo de profissionais empenhados na mudança, envolvidos na proposta de Educação Integral.

Observamos que apesar da direção enxergar um ponto positivo na rotatividade de profissionais contratados, é sabido que esses profissionais não recebem da Secretaria de Educação a mesma valorização que os profissionais efetivos, levando a um descontentamento por questões salariais e motivacionais, comprometendo o trabalho de qualidade que poderia ser desenvolvido, visto que muitos desses profissionais possuem formação qualificada, mas mesmo assim chegam a ganhar bem menos que os efetivos realizando o mesmo trabalho, no entanto, essa seara do descaso com o professorado contratado ficará aberta para estudo posterior.

Pensar em questão de qualificação...para mim temos duas questões: primeiro, formação, e formação eu acredito que o corpo docente tem. Na escola hoje temos trinta e cinco profissionais, mas somente duas pessoas não têm graduação, sendo que uma é efetiva e a outra contratada. As outras, a maioria tem graduação e grande parte destas, não sei certinho o número exato, têm especialização. Pelo menos a grande maioria mesmo, se não forem todas [...]. São quatro professores mestres e duas pessoas fazendo mestrado, [...]. E com doutorado, tem um doutorando e duas doutoras. Ou seja, a escola para mim, em trinta e cinco profissionais tem uma qualificação de formação altíssima, que muitas escolas particulares não têm. E segundo, com relação ao envolvimento, eu também parto do pressuposto que o grupo é um grupo envolvido. E a gente vê depoimentos de profissionais (em outras escolas) dizendo que “na escola ninguém está nem aí para nada...”, “ninguém quer saber de nada...” Nas reuniões pedagógicas são só reclamações. Eu não acredito que eu esteja em um espaço desse tipo e é um grupo jovem, isso eu acho que é um ponto que contribui. A maioria deles é um grupo jovem na carreira e jovem na idade. (Fernandes - Diretora EMBP).

No ano de 2006, a escola foi a primeira da rede municipal de ensino a ser inserida no Programa Escola de Educação em Tempo Integral com o objetivo de “prolongar a permanência dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental na escola pública municipal de Juiz de Fora, educando-os para o pleno exercício da cidadania, orientando-os para a vida, instituído através da Lei nº 11.669, de 22 de setembro de 2008”. (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).

No início o Programa Escola de Educação em Tempo Integral teve sua organização

didático-pedagógica realizada entre às sete e meia da manhã, horário de entrada, até às dezesseis horas e trinta minutos, horário de saída, e as atividades curriculares vinculavam-se com as atividades diversificadas, como dança e teatro, além de outros projetos desenvolvidos pelos professores de forma interdisciplinar. A partir do ano letivo de 2013, com a implantação da Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, a lei do “Piso Nacional para os profissionais do Magistério Público”, o horário de entrada da escola passou para 7h50 e o horário de saída para 16h10.

A escola funciona no regime de tempo integral, mas por conta da redução de carga horária dos professores, ela passou de sete e meia às quatro e meia da tarde, a funcionar de sete e cinquenta da manhã até dezesseis e dez da tarde, porque senão não fechava a questão da carga horária. Diante da redução da carga horária do professor devido a lei do piso, nesse espaço-tempo de sete e cinquenta até dezesseis e dez os alunos têm as aulas com as professoras regentes. Existem duas professoras regentes em cada turma, a professora regente da manhã e a professora regente da tarde, e nós também usamos professoras referentes da turma, e ainda, intercalados nessa organização do quadro curricular nós temos os projetos que são as disciplinas especializadas, então, os alunos têm aulas com a professora referência, têm três aulas com a professora referência, uma aula com a professora de dança e têm mais duas aulas com a referência, depois disso vão para o Teatro, e assim por diante[...]. (Marques – Coordenador EMBP).

O envolvimento da escola e da direção com essa organização temporal para a formação desses sujeitos compartilha com o pensamento de Cavaliere (2007) que acredita no Tempo Integral como um grande aliado escolar na formação para a vida de forma democrática na sociedade.

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. (CAVALIERE, 2007, p. 10).

Ao pensarmos na criança passando mais tempo na escola reiteramos esse olhar para a

educação como um processo formador para a vida sem desvalorizar suas vivências e experiências trazidas do seio familiar e que envolvem questões familiares, culturais, sociais afetivas, formativas, curriculares e outras. Esse movimento é realizado pela Escola Municipal Bom Pastor, como podemos perceber na fala do coordenador.

Ela foi, como eu já falei, a primeira escola a funcionar no Projeto de Escola de Educação em Tempo Integral e desde então ela que é a pioneira em pensar e estruturar esse Projeto de Educação Integral em Tempo Integral. Na época houve o envolvimento na proposta de educação integral do município, ele é fruto aqui da escola, porque foi a partir da intervenção da universidade aqui na escola que começou a se pensar de fato de forma mais ampla, para além da questão social, a educação em tempo integral. (Marques - Coordenador EMBP).

Dessa forma, é importante fazer uma análise a partir da fala dos entrevistados sobre o olhar da família para a modalidade de ensino oferecido em Tempo Integral, a partir da ampliação do tempo e a forma como é oferecido nesse momento.

[...] para elas é aquela questão inicial do aluno ficar o dia inteiro, não estar na rua e aí tem essa questão do atendimento ser em tempo integral, mas, ao mesmo tempo que essa família vai tendo mais contato com a prática da escola com o desenvolvimento que a escola traz, ela vai percebendo quão valioso [...] e contribuição tem essa educação integral que a gente participa. Igual ontem na festa junina, a gente tem relato de mães que perceberam [...] inclusive mães que foram contra a gestão que está atualmente no processo eleitoral e que perceberam as quão significativas são as atividades desenvolvidas aqui que contribuem para a educação do filho delas. Obvio que para a família o principal motivo de entrar aqui na escola, de ingressar aqui na escola, é o fato dela ser de tempo integral. [...], mas, na medida em que essa família vai chegando mais e vai tomando mais conhecimento do que é a escola ela nos dá relatos de mães falando da contribuição dos trabalhos que são desenvolvidos para a vida delas e dos filhos. (Marques - Coordenador EMBP).

Ainda segundo Cavaliere (2007) essa Educação Integral em Tempo Integral é e deve ser tratada de forma diferenciada assim como podemos observar que a Escola Bom Pastor tem procurado desenvolver o seu trabalho, oferecendo opções de atividades nessa ampliação do tempo escolar desse sujeito que necessita de oportunidades para sua formação integral.

Diferentemente, a rotina otimizada e esvaziada de opções em uma escola em turno parcial, imediatamente centrada nos conteúdos escolares, dificilmente pode propiciar esse tipo de vivência. Nesse sentido, ou seja, entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro. (CAVALIERE, 2007, p. 10).

Compartilhando do pensamento de Cavaliere (2010) e dos gestores dessa escola, tratar dessa questão da família e formação desses sujeitos sem esse caráter assistencialista é algo que ainda requer muito trabalho, pois a escola pensa na formação desses sujeitos para sua integralidade, ao mesmo tempo em que vê a importância das crianças estarem em um ambiente seguro, com formação diferenciada e com a oferta de atividade complementar e de qualidade para sua formação.

Como garante o parágrafo primeiro do artigo segundo da Lei Municipal 11.669/2008 que diz “A Escola de Educação em Tempo Integral tem como objetivos promover a permanência do educando na escola, ampliando as possibilidades de aprendizagem, com um currículo diversificado, explorando situações que favoreçam o aprimoramento pessoal, social e cultural”. (JUIZ DE FORA, 2008a).

Os pais dos alunos da Escola Bom Pastor não estão alienados ao que está acontecendo ali, eles procuram a escola porque sabem que é seu direito e que é nesse ambiente que seus filhos têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades nas atividades extracurriculares oferecidas na Educação Integral, levando essas crianças a trocas de experiências e formação integral e emancipadora.

A permanência do aluno por mais tempo na escola é um ponto fundamental para o desenvolvimento dessa educação, é um direito constitucional, e o olhar da gestão a esses sujeitos como parte principal dessa educação, faz muita diferença na organização dessa escola.

Significa talvez ele viver esse espaço de diferentes formas, eu acho que o que cria com esse aluno nesse espaço por mais tempo é uma intimidade maior com essa instituição. Tanto cria essa intimidade [...] que “ele acha que aqui é a extensão da casa dele”. Essa criança fica livre para trocar de roupa durante o dia, para andar descalço como ela anda em casa, então, eu acho que é um perfil de escola que estabelece mais laço, mais sentimento de pertença para esse aluno do que aquele que vai à instituição só durante quatro horas. O que eu acho que também favorece isso, é fato dos nossos alunos advirem de creches. Então, é um perfil de aluno que sempre estudou nessa modalidade de tempo integral. [...]. Então, é um menino que vive essa instituição com muita potência, sabe? Com muita potência. Muitos chegam em casa cinco e pouca,

seis horas da tarde. E vão dormir. Assim, eu acho que o sentimento de pertença, o estabelecimento de vínculo, de laço, acaba sendo mais forte, pelo o que eu vejo nesse menino. [...]. Mas acho que isso é muito forte, mais forte para eles. (Fernandes – Diretora EMBP).

Ter a escola como a extensão da própria casa é algo que requer muito mais de todos, pois essa criança pode ver na escola aquilo que não recebe em casa, é o lugar onde ela realiza suas refeições, sua higiene, onde espera receber atenção e carinho, e onde realiza suas atividades escolares, de lazer e repouso, o que exige da instituição algo para além da ampliação do tempo e espaço, envolvendo profissionais com formação específica para receber essas crianças, condições estruturais adequadas no ambiente escolar, alimentação adequada, materiais para desenvolver as atividades e inúmeras ações educativas voltadas para o desenvolvimento do indivíduo de forma integral.

A partir do olhar da direção, percebemos como é importante envolver uma proposta de acordo com a realidade dos alunos, olhando para além da oferta de conteúdos a serem trabalhados, com condições para o aproveitamento do tempo e condições adequadas ao espaço de permanência dos mesmos, que passam grande parte do seu dia ali, para conviver, aprender, socializar e vivenciar novas trocas e experiências.

Mas as condições físicas do prédio muitas vezes são desfavoráveis causando inúmeras barreiras para um trabalho de qualidade. A própria direção não se cala sobre as condições da infraestrutura da escola:

Péssima! Para começar é uma escola que foi municipalizada em 1994 e que até hoje ela funciona em regime de comodato com outra instituição. Então, se essa instituição fosse uma prioridade, já teriam construído um prédio próprio, uma sede. Lamentavelmente o fato de ser comodato contribui para que a própria Secretaria tenha a desculpa de não investir no prédio já que ele não é dela. Mas, ela também não constrói um prédio, [...]. É um prédio verticalizado que não atende as diferentes áreas de formação pensadas, planejadas e executadas numa educação em tempo integral. Não atende. Só que também não acho que a educação em tempo integral foi uma prioridade desses dois últimos governos, ela não é o carro-chefe da Educação. Nem da política que saiu municipalizada, de administração do Custódio ela não foi prioridade, nem dessa administração Bruno Siqueira. Então, se naquela época que foi uma prioridade não ganhamos uma sede própria, não vamos ganhar uma tão cedo. Então, a ideia é aquela coisa do provisório que vira permanente. (Fernandes - Diretora EMPB).



Fotografia 6 Quadra coberta.



Fotografia 7 Gramado aguardando manutenção.



Fotografia 8 Cozinha aberta.



Fotografia 9 Funcionários trabalham em área improvisada.



Fotografia 10 Paneleiro e despensa de mantimentos.



Fotografia 11 Fogão industrial novo na mesma área.



Fotografia 12 Cozinha e refeitório separados somente por um balcão

Assim, nos deparamos com o descaso do município em relação à educação pública enquanto direito de todos. Descaso com uma escola que demanda maiores cuidados por receber alunos em tempo integral e que ali estão para receber o que é de direito do cidadão para sua formação integral.

O PPP apresenta o espaço físico como inadequado para atendimento à educação em tempo integral, já que a escola funciona em um prédio no segundo e terceiro andares com excesso de escadas, e uma rampa de acesso a outro espaço (quadra, parquinho, grama) para alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental Inicial e cita também a ausência de acessibilidade para promover a educação inclusiva. O texto coloca como maior necessidade a construção do prédio próprio da escola (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).



Fotografia 13 Sala do 2º ano separada por divisórias de PVC.



Fotografia 14 Salas do 3º andar definidas por divisórias de PVC.



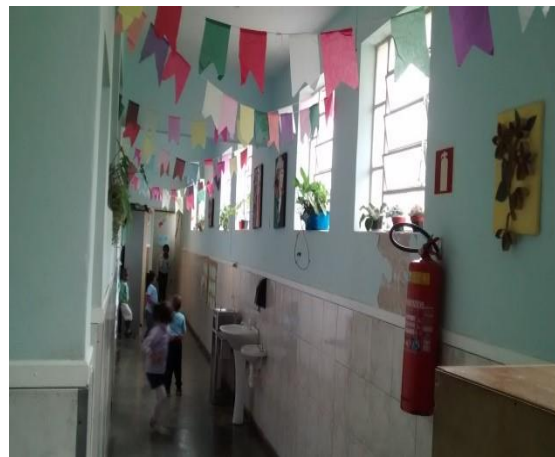
Fotografia 15 A escola conta com uma biblioteca.



Fotografia 16 Acervo literário em espaço precarizado.



Fotografia 17 Espaço de leitura.



Fotografia 18 Lavatório e Escovódromo improvisados nos corredores.

Para a realização das aulas de Educação Física, a inadequação do espaço físico da Escola Municipal Bom Pastor se intensifica, pois, os dois espaços que poderiam ser usados para esse fim, um ao ar livre todo gramado e a quadra coberta, não atendem exclusivamente à prática da Educação Física, mas também aos recreios, auditórios temáticos, e outras atividades extra sala de aula, e isso dificulta muito o bom desenvolvimento das atividades físicas.

A escola também apresenta a necessidade de manutenção dos espaços, como pintura, capina e outras questões que mostram o descaso do governo municipal ⁹ com nossas escolas, que nos deixou indignada em minha última visita, por se tratar de espaços que deveriam ser

⁹ Vale ressaltar que quando citamos o descaso com o município não ocultamos os sujeitos e as classes que o compõem. Neste caso, vale um olhar atento para os sujeitos que propõem e pensam a educação.

dignos de uma educação formadora em sua integralidade.



Fotografia 19 Auditório no mesmo espaço que cozinha Refeitório.



Fotografia 20 Refeitório/cozinha.



Fotografia 21 Banheiros e sala da Coordenação.



Fotografia 22 Lavatório.



Fotografia 23 Sala de informática.

Ainda assim, a equipe de funcionários da escola se desdobra para realizar um trabalho de qualidade, chegando a realizar atividades que fogem de suas funções para melhor atender a escola e os sujeitos ali envolvidos, em nossas visitas pudemos perceber o empenho dos profissionais, envolvimento e criatividade por parte de todos em nome da escola.

O prédio onde a escola está inserida de acordo com o PPP encontra-se em estado de conservação regular, necessitando com urgência de pintura interna, a última foi realizada no ano de 2011, bem como reparos e manutenção nos banheiros, necessidade de pias para as salas de aula da Educação Infantil, colocação de vasos e pias nos banheiros construídos em 2014 para atendimento à Educação Infantil, escovódromo para alunos do Ensino Fundamental. Nossa cozinha é inadequada, ela é totalmente aberta, prejudicando higienização dos alimentos. (Fernandes - Diretora EMBP).

A cozinha e o refeitório ocupam o mesmo espaço, é um ambiente aberto. No mesmo local onde é preparado o alimento, são feitas as refeições e em momentos especiais são realizadas apresentações dos alunos e professores, como pudemos observar em registro fotográfico.

Apesar da mobilização da escola para consolidar um espaço adequado e de diversas conversas com a Secretaria Municipal de Educação, ainda aguardam as mudanças na cozinha e refeitório.

Fala a verdade, aquilo lá é um absurdo! Nós temos um refeitório, as mesinhas em que os alunos fazem as refeições, um balcão com uma cozinha toda aberta. É um balcão com as cozinheiras assim (gesto de proximidade das cozinheiras com o balcão), é cozinha americana, e aí em todas as visitas da vigilância sanitária, a vigilância notifica. Vai para quem a notificação? Para o prefeito, para a prefeitura. Da prefeitura ela vai para a secretaria de educação, chega à secretaria e o secretário liga para a vigilância e fala: “Pode parar de denunciar o Bom Pastor, a escola é nossa, vocês vão ficar aí vigiando o que é nosso e vão falar que o que é nosso está errado?” Aí a creche que funciona embaixo, no primeiro andar, tem que estar à risca com tudo, detalhe por detalhe, [...] porque é a secretaria de educação que fiscaliza, e a própria instituição dela pode ficar com aquele absurdo. Olha, para você ver como que é, eu tive até uma reunião com o Weverton, que é o secretário de educação, antes de ontem, ele falou: “Ó Graciele, aquele prédio ali não é nosso, é comodato. A gente não vai investir num prédio que não é nosso, então a gente não tem a possibilidade de arrumar sua cozinha, de fazer sua cozinha mesmo, não existe isso”. Então, por que que estamos nesse prédio desde 1990 mais ou menos? Por que em 94 municipalizaram então? É muito complicado isso [...]. (Fernandes - Diretora MBP).

Como podemos perceber diante da situação exposta, a Secretaria Municipal de Educação demonstra descaso e descompromisso com as condições da escola apresentadas pela direção. Apesar do esforço dos envolvidos junto à escola, as condições e a estrutura física do prédio, exigida para desenvolver as atividades em tempo integral, ainda são precárias.

O PPP da escola traz ainda algumas observações importantes para a pesquisa como: o funcionamento de oito salas de aula, sendo três adaptadas com divisórias e duas salas de aula com tamanho inadequado para seu funcionamento; sala dos professores funcionando com tamanho reduzido; cozinha inadaptada para uma escola de educação em tempo integral por ser totalmente aberta, prejudicando a higienização dos alimentos; refeitório também utilizado para eventos, apresentações, comemorações, bem como exposição de trabalhos de alunos, de fotografias e murais; biblioteca escolar funcionando em uma sala adaptada com divisória e pouco espaço físico; Laboratório de Informática com necessidade de maior espaço físico para instalação dos computadores visando atendimento aos alunos do AEE (Atendimento Educacional Especializado); a secretaria necessita de ampliação do espaço físico; quadra coberta para aulas de Educação Física e outras oficinas ligadas à atividades corporais necessidade de salas ambientes para aulas especializadas (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).

As informações sobre o espaço físico da Escola Municipal Bom Pastor contidas no PPP foram confirmadas com as visitas de observação do espaço escolar durante o período de pesquisa de campo, como pudemos observar nos registros fotográficos apresentados ao longo do texto, e também nas falas da direção e coordenação nas entrevistas realizadas, como nesse trecho da conversa com o coordenador pedagógico,

[...] nós até falamos que fazemos muito para o espaço que temos. Que com o pouco espaço que nós temos, a gente consegue desenvolver muita coisa, sobretudo os projetos da escola. O espaço é precário, o espaço é limitado, mas assim mesmo, nós vamos nos adequando a ele, buscando fazer pequenas reformas, mas ele é limitado, e que tolhe, se você pensar num projeto de educação integral em tempo integral, no qual o aluno deve ter o espaço físico para que possa desenvolver uma atividade ao ar livre, uma quadra para desenvolver um esporte, uma sala de dança [...], mas dentro do espaço físico que nós temos, [...], como você pôde perceber na visita que eu fiz com você, [...] limita. Mas, até certo ponto, não limita por um todo na questão da busca pelas práticas emancipatórias, como eu te falei. (Marques - Coordenador EMBP).

É perceptível que são questões que necessitam de um olhar minucioso, pois ferem a Lei Municipal. E a escola deixa de fazer o que é devido muitas vezes por comodidade das

autoridades, que burlam o sistema deixando de olhar para as condições que estão ofertando às crianças que dependem da escola pública e que ao mesmo tempo têm o direito de receber uma escola de qualidade em condições adequadas à sua permanência

A impressão ao visitar a escola é de que esta está marcada pelos improvisos e que estes já fazem parte do cotidiano escolar, principalmente em se tratando das questões físicas, nas divisórias das salas, refeitório e cozinha abertos, falta de espaço adequado para desenvolver atividades de lazer, Educação Física e outros.

De acordo com o PPP, “desde a implantação do tempo integral, a escola tem buscado elencar *espaçostempos*¹⁰ de reflexão sobre a proposta de educação integral em seu *locus* de tempo integral, no sentido de realizar um trabalho significativo e que integre às multidimensionalidades em um tempo concebido de forma qualitativa. ” (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014, p. 9).

As imagens apresentaram um ambiente inadequado para o processo educativo e nos dão a impressão de abandono, descaso e desvalorização da educação. Um espaço inadequado pode desestimular os alunos no desenvolvimento de suas atividades escolares. Nesse sentido, essa situação pode contribuir para escola não alcançar os objetivos propostos para o período escolar.

O espaço educacional deve ser o lugar no qual esses sujeitos se compreendam e se apercebam da realidade e da vivência em seu dia a dia. Um ambiente agradável e bem estruturado contribui positivamente no processo de aprendizagem e ao mesmo tempo torna-se estimulante, o que muitas vezes pode ser o caminho para os resultados esperados.

Compartilhando do pensamento de Gonçalves (2006) é importante analisarmos a relação entre tempo e espaço como algo fundamental para a formação desses sujeitos.

Não se trata apenas de um simples aumento do que já é ofertado, e sim de um aumento quantitativo e qualitativo. Quantitativo porque considera um número maior de horas, em que os espaços e as atividades propiciadas têm intencionalmente caráter educativo. E qualitativo porque essas horas, não apenas as suplementares, mas todo o período escolar, são uma oportunidade em que os conteúdos propostos, possam ser ressignificados, revestidos de caráter exploratório, vivencial e protagonizados por todos os envolvidos na relação de ensino-aprendizagem. (GONÇALVES, 2006, p. 5).

¹⁰A junção de termos que aparecem neste texto possui o sentido de mostrar a consciência de uma superação dos limites da nossa formação, no contexto da ciência moderna dominante, onde as dicotomias e certezas, não são suficientes para entender a multiplicidade de sentidos nos/dos/com os cotidianos. (ALVES; OLIVEIRA, 2006 apud ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).

Muitas são as necessidades, falhas e faltas apresentadas na Escola Municipal Bom Pastor, mas conseguimos observar que a mesma consegue realizar um trabalho que ofereça condições para o desenvolvimento de suas atividades contemplando uma Educação Integral em Tempo Integral, garantindo aos alunos seus direitos sem ferir sua integridade como cidadão de direito.

4.2. O Programa Mais Educação: quais as contribuições para a Escola Municipal Bom Pastor?

Olhando para as dificuldades identificadas no ano de 2008, quanto ao processo ensino aprendizagem foi implantada a disciplina de Orientação de Estudos, que tem como objetivo aumentar o IDEB, independente do Programa Mais Educação. Isso facilitou ainda mais a adesão ao Programa uma vez que a escola já trabalhava com um dos macrocampos obrigatório exigidos por ele, assim como as atividades de Informática e Teatro que também foram incluídos na reorganização escolar, e passaram a compor as atividades do programa.

Porque o Programa Mais Educação tem essa questão do reforço, tem esse foco. No Bom Pastor, mesmo antes, já em 2008, a diretora que saiu já havia pensado nessas coisas que ela ouviu durante a campanha dela para a direção, ouviu de mães pedindo reforço e tal. Foi quando ela fez a disciplina Orientação de estudos. Com esse foco, não no reforço, mas no foco de atendimento. Eu como coordenadora que ajudei a escrever esse projeto. Deveríamos atender menos crianças, as professoras ficavam só com metade da turma para poderem atender individualmente ou em duplas. Então, de vinte crianças, elas ficam com dez crianças para conseguirem fazer o atendimento mais individualizado, [...]. Quando da adesão ao Programa Mais Educação em 2012, isso já tinha na escola, não teve que ter mudança nenhuma. [...] O que a gente fez foi colocar o que nós já tínhamos dentro do macrocampo. Na última mudança curricular implantamos a música para as crianças maiores, do segundo ao quinto ano, e isso foi incluído dentro do macrocampo do Programa Mais Educação, não foi o Mais Educação falando para nós criarmos a oficina de música. (Fernandes - Diretora EMBP).

Sendo assim, o PME embora tentasse apresentar uma proposta pedagógica, muitas escolas, assim como a Escola Municipal Bom Pastor, já ofertavam atividades que contemplavam a proposta de aumentar o índice do IDEB articulando com as políticas públicas,

proporcionando experiências coletivas entre vida e educação através das atividades culturais ofertadas como uma política de ação contra a pobreza, exclusão social e marginalização cultural.

Por sua vez, o Programa Mais Educação apresentou uma proposta de cunho financeiro diferenciada do que se esperava, o que nos confirma que sua adesão veio para contribuir com benefícios materiais para a escola, o que ajuda, mas não elimina os maiores problemas enfrentados por ela, visto que a mesma já se organizava pedagogicamente para atender os alunos visando uma formação em sua integralidade melhorando sua qualidade de ensino e aprendizagem independente de uma política compensatória, ou até mesmo da escola se enquadrar nas escolas com baixo IDEB, afim de melhorar a evasão e repetência.

A direção ainda completa que a quantidade de atividades não é o que vai contribuir para a formação do aluno e, sim, a qualidade do ensino e do que se é oferecido dentro da realidade de cada um.

Eu acho que o máximo que você puder garantir de diversificação curricular é interessante, mas, ao mesmo tempo, não acho que sair colocando um monte de gavetinhas de conhecimentos diferentes vai contribuir com o aluno. Na escola, quando houve o início do programa na rede em 2006, achou-se que valia a pena colocar várias disciplinas diversificadas para as crianças. E aí chegou um momento em que as crianças da Educação Infantil tinham várias aulas por semana, e isso não foi positivo. É legal pensar que o menino vai ter várias formações? É legal, mas nem sempre a diversificação é qualitativa. E aí as crianças pequenas começaram a ter muita dificuldade de identidade, acordavam com um professor diferente daquele que elas dormiam, porque tinham muitos professores diferentes. Então nós chegamos à conclusão que as crianças menores deveriam ter menos disciplinas diversificadas porque aí sim elas teriam garantida uma formação com mais qualidade, com mais aulas de música, ao invés de um monte de aulas de outras disciplinas. E assim nós fizemos[...] NO Fundamental é necessário sempre uma revisão, no início não tinha informática, quando foi adquirido o laboratório de informática, então “agora tem que ter informática”. No início não tinha teatro, então a partir do momento que começou a se pensar no teatro, o teatro entrou. O que você tem que pensar também é que para uma coisa entrar, outra tem que sair. Então assim, eu não acho que hoje tem que ter isso ou aquilo, é de acordo com a realidade de cada um, de cada instituição. (Fernandes - Diretora EMBP).

O currículo se tornou outra preocupação, até porque muitas das atividades que podem ser desenvolvidas dependem da infraestrutura adequada e do espaço físico. E como observa-

mos, não adianta preencher todos os horários das crianças com várias atividades, é preciso proporcionar uma referência e um objetivo para o que está sendo proposto dentro da realidade dos sujeitos de cada instituição.

A qualidade do ensino tem muito mais a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno do que a quantidade, dizemos “para além da ampliação do tempo e espaço”, para que a educação seja vista como um processo social que ajuda a formar cidadãos para que se possa estabelecer o desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e emocionais, para que esses sejam capazes de desenvolverem habilidades associando o conhecimento adquirido ao meio em que vive.

Ainda de acordo com o PPP, acredita-se que a escola é vista como lugar soberano para formação acadêmica, onde os alunos aprendem e vivenciam conceitos que lhe serão pedidos em diferentes momentos da vida, seja na própria escola e para ingressarem no mercado de trabalho. E que em detrimento das mudanças sociais, culturais e econômicas, a escola passou a assumir papéis que vão além daqueles para os quais ela foi criada, o que prejudica o verdadeiro objetivo da escola, observado que a escola acaba quase que abandonando seu foco que é o conhecimento integral para um sujeito integral (ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR, 2014).

Hoje, essa Formação Integral em Tempo Integral é apresentada pelo PME, proposta do governo federal que visa envolver todas as escolas, sejam elas de tempo integral ou parcial, no programa de ampliação do tempo escolar, o que muitas vezes faz com que as escolas deixem a desejar em muitos aspectos. A preocupação com a proposta do “Mais Educação” levou a gestão da escola Municipal Bom Pastor a pensar e repensar muitas vezes sobre a implementação do programa.

Em 2010 a Secretaria aderiu ao programa. Ela assinou o convênio com o MEC e aí algumas escolas passaram a ter o “Mais Educação”, o Bom Pastor não aderiu nessa época. O Bom Pastor aderiu ao “Mais Educação” em 2012, só depois que saiu uma portaria, um decreto do MEC com um cunho mais pedagógico para o Programa Mais Educação. Porque, no primeiro decreto do MEC de 2007, a perspectiva era muito assistencial, era naquela portaria interministerial 17, acho que é isso, ele tinha um foco muito assistencialista. Nesse primeiro momento, quando o grupo parou para discutir sobre a adesão ou não ao “Mais Educação”, o grupo chegou à conclusão que não devia aderir por isso. Depois de um tempo, em 2012, nós resolvemos aderir a partir de um decreto com o foco mais pedagógico e por pensar que o Mais Educação numa escola que já era em tempo integral não mudava em nada. A escola já tinha as disciplinas, a escola já tinha ampliação de horários, já era para todos. Então, porque não aderir ao Mais Educação? O que iria diferenciar era só a entrada

de mais verba para essa escola. E aí sim, a escola aderiu. (Fernandes - Diretora EMBP).

Por sua vez, não implicou em grandes mudanças pedagógicas quando a escola fez a sua adesão, por se tratar de uma escola que já desenvolvia educação em Tempo Integral, visto que o principal objetivo do programa é a ampliação do tempo escolar e o desenvolvimento de atividades que visam melhorar o índice do IDEB, trazendo apenas como atividade de referência o Laboratório de Aprendizagem como reforço das matérias básicas no contra turno.

No entanto, o PME contribui financeiramente para as escolas que utilizam seus recursos para a compra de materiais e equipamentos para desenvolver as atividades já existentes nessas, e provoca mudanças nos meios e recursos escolares, como destaca a direção e a coordenação da escola.

“N” mudanças, a área de música da escola tem um arsenal de instrumentos musicais riquíssimos. São três violões, bandinhas, vinte e cinco xilofones, um para cada criança de cada turma, microfones, amplificadores. A área de Teatro tem uma gama de materiais para fantasias, de artefatos mesmo dessa área. A área de Arte teve um investimento riquíssimo. São coisas que só com financiamento que você consegue. Só com dinheiro. Então, assim, antes do Mais Educação a escola tinha uma educação em tempo integral com uma verba mínima para desenvolvê-la. Hoje tem o Mais Educação e ele traz o financeiro que contribui para investirmos na área. Agora, lamentavelmente, a verba, a segunda parcela de 2014, não entrou até hoje. Ele é um programa que parece que está com os dias contados. Com essa crise aí a gente não sabe até onde vai, se vamos receber esse dinheiro, até onde vai esse financiamento. Agora, não se faz escola sem dinheiro. Ele deu uma mudança significativa em termos de aquisição de material pedagógico que a escola não tinha. (Fernandes - Diretora EMPB).

Não foram pensadas a partir do programa porque as atividades já existiam, um dos macrocampos, que é o de comunicação que envolve a questão da informática com jornal, nós já fazíamos o jornal antes do Programa Mais Educação, o que o Mais Educação veio trazer foi uma verba para podermos fazer a impressão desse jornal com um papel melhor, nós fazíamos numa folha, eu mesmo, meu primeiro jornal foi numa folha A3 dobrada ao meio. Com a verba do “Mais Educação” a gente pode fazer o jornal colorido, não só preto e branco, enfim, não tem atividade que não existiam antes do programa. [...]o programa só veio contribuir com a logística dessas atividades em si, com a inserção de recurso para melhorar as atividades. Música, os alunos já tinham aula de música, com o programa fizemos a compra de novos instrumentos. Dança, já tinha aula de dança, o que o programa veio fazer é dar a verba para podermos melhorar o figurino para podermos melhorar nossa dança. Teatro, já tinha, então não tem atividade... bom, para mim, eu não percebo que com o Mais Educação exista uma atividade diferenciada, as atividades já existiam

antes do Mais Educação, estão todos aqui, os macrocampos aos quais nós aderimos - nós tivemos que aderir aos macrocampos - nós aderimos aos que já eram feitos na escola, na época, [...] nós ajudamos a pensar, eu e a Graciele, como coordenadora e eu como professor. Graciele como coordenadora na antiga gestão, ajudou a pensar a que macro campo aderir. Nós aderimos ao que já tinha na escola. (Marques - Coordenador Pedagógico EMBP).

Como podemos observar a Escola Municipal Bom Pastor realizou algumas mudanças em suas atividades e utilizou os recursos recebidos pelo PME para o financiamento dos projetos, o que contribuiu para que as práticas acontecessem utilizando dos recursos financeiros para a manutenção escolar, aquisição de materiais e até mesmo adequação mínima da estrutura e espaço da escola.

Se antes a escola não recebia recursos e já desenvolvia o trabalho da Educação Integral, com os recursos do PME algumas mudanças foram possíveis, embora tenhamos observado que, muito do que se conquistou e do que se está sendo desenvolvido na escola, conta com a boa vontade e empenho dos profissionais ali envolvidos, que apesar de encontrarem muitas barreiras, trabalham unidos em prol do bem-estar dos seus alunos.

Com a análise de Gadotti (2009) é possível compreender a importância da infraestrutura escolar

Quanto à escola: ela deve oferecer as condições materiais, físicas, pedagógicas e humanas para criar um ambiente propício à aprendizagem. No ambiente oferecido a alunos e professores de hoje, em muitas escolas, eu me pergunto como eles podem aprender alguma coisa. Os professores são competentes; faltam-lhes as condições de ensinar. A escola deve oferecer ao professor formação continuada da sua equipe, principalmente para refletir sobre a sua prática. E precisa ter um projeto eco-político-pedagógico. (GADOTTI, 2009, p.11-12).

Além disso, a escola não deve ser somente um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação-reflexão-ação. Esta realidade pode começar a ser modificada a partir de maior Integração Família e Escola, e essa relação é uma preocupação da nova gestão, como apresenta o coordenador pedagógico,

[...] tudo o que acontecia na escola anteriormente era fechado, todas as festas eram fechadas, eram sempre para os alunos. Então não havia uma participação da comunidade nesse processo, existia o colegiado, existiam reuniões, mas

sempre de forma tímida. Agora está chegando na escola uma mudança de posição, a gestão atual está mais preocupada com essa participação mais efetiva da família na escola. Nesse final de semana aconteceu a primeira festa junina aberta depois de muitos anos, que basicamente foi feita, basicamente não, ela foi toda feita com a participação da comunidade, de mães de alunos da comunidade aqui do bairro, então , já tem uma participação, a gente está abrindo para uma participação mais efetiva da família aqui na escola e não só pra uma participação mais tímida em alguns poucos momentos, a gente está procurando ouvir mais essa família, dar mais oportunidades de falar, oportunidade de expor mesmo o que essa família necessita, a gente está estreitando esse laço para um contato maior, mais amplo. (Marques - Coordenador EMBP).

A presença dos pais influencia muito nas vidas das crianças. A família e a escola quando unidas podem trazer grandes resultados para uma educação de qualidade e promover o bem-estar de todos. Nesse sentido, o que não pode faltar é o apoio da comunidade e das famílias que têm o poder de exigir e lutar pelo bom funcionamento da escola e pelos direitos educativos de seus filhos.

E essa família quer essa escola. E aí, se você parar para pensar no “querer” dessas famílias [...] você pensa “Ah, mas a família só quer que o menino fique lá o dia inteiro para poder trabalhar”, “a família está doida para você ficar lá como um depósito de crianças, enquanto ela trabalha, ”, mas, ao mesmo tempo não é isso não. Eu parei para ir até as casas dos meus alunos durante a minha campanha e as famílias, muitas delas, sabem o que querem da Educação. Muitas delas têm clareza de que querem uma formação “legal” para os seus filhos... Que acham que música é importante, que teatro... “eu não tive oportunidade de ter, que bom que a minha filha está tendo”... Então, eu acho que tem um “querer” da família que movimenta. Essa escola é muito procurada com isso. Algumas vezes porque têm algumas famílias que só querem que você fique com os filhos delas para as mães irem trabalhar, né? E as crianças não têm com quem ficar, mas, muitas vezes também, por acreditarem que você está dando uma formação diferenciada para essa criança. (Fernandes - Diretora EMBP).

Sendo assim, a qualidade de ensino se torna algo de fundamental importância e deve ser vista como um todo, envolvendo desde professores até a própria comunidade, como apresenta Gadotti (2009),

A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela. (GADOTTI, 2009, p. 2).

O trabalho em conjunto e parceria com a comunidade faz toda diferença, contando com momentos que permitem uma aproximação dos pais com os professores, gestores e funcionários, quebrando uma imagem distorcida que os pais e a comunidade possam sobre o que é a escola e qual a sua função, possibilitando a valorização da escola e dos profissionais que contribuem para o seu funcionamento como sujeitos do processo educativo e a escola enquanto espaço privilegiado de ensino. Espaço esse capaz de transformar cada indivíduo por meio da troca de saberes.

As atividades realizadas agradam aos pais porque lhes permitem novas aprendizagens, convivências sociais e motiva-os a fortalecerem, junto aos seus filhos, uma concepção de escola com função social de ensinar os conteúdos científicos, filosóficos e artísticos produzidos historicamente.

E com tanto empenho da equipe e da gestão, a escola conta com profissionais capacitados e com formação específica para todas as atividades realizadas, sem necessitar de monitores, o que não dá margem para a precarização dos profissionais do magistério.

Graças a Deus, não. Quando da adesão de 2009 para 2010 a Secretaria cogitou a possibilidade do “Mais Educação” pensando a partir de uma experiência do Espírito Santo, um dos critérios para aderir ao “Mais Educação” foi em contrapartida o município fornecer os profissionais com formação e não trabalhar com monitores. Porque monitor é sucateamento do trabalho do professorado, então, a ideia era a rede municipal pagar o professor como ela sempre pagou, de Artes, música, dança, capoeira, o que fosse, e a contrapartida do governo federal seria o financiamento para os trabalhos pedagógicos, para os materiais, para isso tudo. E assim foi feito esse convênio, município com federal. Só que atualmente, nessa atual gestão, com essa multiplicação do “Mais Educação” por toda a rede, porque viram a possibilidade de financiamento, estão correndo atrás é de dinheiro, não de desenvolver a Educação com formação focada na integralidade. Hoje várias escolas que têm o “Mais Educação” estão trabalhando com monitores. Orientados até pela própria Marisa dentro da Secretaria de Educação. (Fernandes - Diretora EMBP).

Sim, aqui na escola a gente tem uma ressalva muito grande com essa questão do monitor, eu particularmente sou contra, isso para mim, na verdade é, precarização do magistério, isso é uma das vertentes da “Mais Educação” que eu cegamente sou contra e, nos seminários que eu participo, nos fóruns que eu participo eu vejo sempre uma discussão muito ferrenha com relação a isso e o grupo do qual eu faço parte, da Lígia Coelho lá da Unirio, sempre discutiu

muito contra isso. Aqui na escola a gente sempre trabalhou com professores com formação na área, que são os professores que fazem o cadastro da prefeitura, no caso de artes, informática, dança, música, são professores que possuem formação porque só pode fazer o cadastro quem tem formação, então são esses os profissionais que atuam com esses projetos, são os profissionais que passam pelo processo seletivo da prefeitura para o contrato temporário e vêm aqui para escola com a formação na área, não trabalhamos com monitor. E nem tão pouco com nenhum agente externo como ONGs. Nós temos a comunidade que hoje, fruto da gestão atual, também está mais íntima da escola, que começou a contribuir mais com a comunidade no entorno aqui do bairro. No caso da associação de moradores que contribuiu com a festa junina, foi uma contribuição mais burocrática, mas para gestar esse processo, gestar a logística da escola, nós não temos esse vínculo em ONGs, esses parceiros que muitas escolas possuem, do fulano de tal que faz grafite na rua da escola, do fulano, [...] da Dona Maria que tem a horta na porta, não temos disso. (Marques - Coordenador EMBP).

Quando falamos de formação e precarização do magistério entramos em mais uma discussão que requer novos olhares. O PME garante parte de sua verba para a contratação de monitores com a intenção de integrar a comunidade e as famílias na escola, mas em muitos casos isso é distorcido pelos gestores, o que em vez de trazer um benefício para a escola pode gerar um problema e o sucateamento e precarização dos profissionais da educação.

Para melhor entendermos essa questão ouvimos a Supervisora da Educação Integral que afirmou que existe a presença desses monitores para o atendimento aos alunos, bem como de um parceiro que desenvolve atividades que compõe o Programa Mais Educação. A Secretaria Municipal de Ensino trabalha, então, não apenas com professores capacitados, mas também com estudantes e com a comunidade.

A gente tem os profissionais professores da nossa rede mesmo, professores do turno regular que saíram da sala e vão atuar no projeto; nós temos uma parceria com a Funalfa, que são os articuladores, eles também atuam em algumas escolas. Nós temos uma parceira com monitores, estudantes universitários ou da própria comunidade, no caso, por exemplo, da capoeira, do judô e da horta, algumas escolas têm essa parceria com monitores da comunidade, são poucos na nossa rede, poucos monitores, mas existem a presença deles também no programa, então a gente trabalha com essas três vertentes. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

Trabalhar com monitores não é algo que traga um olhar negativo somente, se for bem articulado com o que será desenvolvido na escola. Deixando claro que o monitor não assume o

papel de professor, mas de articulador das atividades desenvolvidas por professores capacitados para as mesmas, ele pode auxiliar em um trabalho pedagógico com os alunos e com o próprio monitor, que ao participar da escola recebe a oportunidade de troca de experiências de forma coletiva, não havendo separação entre vida e a educação, proposta apresentada pelo PME.

Mas para que isso aconteça é necessário um olhar para a capacitação dos gestores locais, afim de apresentar a eles propostas para desenvolverem formação continuada para os professores, bem como cooperação entre União, Estado, Município e Federação, articulando as políticas públicas e os conhecimentos gerados por outras instituições.

Gadotti (2009) ao tratar da qualidade educacional apresenta a formação dos professores como fundamental para a melhoria da escola pública, como direito do professor a formação continuada.

Para melhorar a qualidade da escola pública é preciso investir na formação continuada do professor. É fundamental reafirmar a dignidade e a “boniteza” (Freire) dessa profissão, diante da desistência, da lamúria, do desânimo e do mal-estar docente, provocado pela exaustão emocional, pela baixa autoestima e pelo pouco reconhecimento social dessa profissão. Ao lado do direito do aluno aprender na escola, está o direito do professor dispor de condições de ensino e do direito de continuar estudando. (GADOTTI, 2009, p. 9).

Apesar da Educação Integral ser algo novo, principalmente no município de Juiz de Fora, ao tratarmos da formação dos professores é possível observar que a Secretaria de Educação tenta ofertar alguns cursos de formação continuada para os docentes nas diversas áreas como apresenta a Supervisora da Educação Integral.

Hoje a educação integral começa a engatinhar no município. Para trazer essas questões percebo que os meus professores precisam de mais tempo numa única escola, mas a gente tem condições para daqui para frente ir no organizando em função de atingir esse objetivo. E com relação ao ensino a gente tem problemas, como todo o Brasil, coma questão da alfabetização. Precisamos vencer o processo até os oito anos para que a criança chegue nessa idade alfabetizada, quer dizer, tendo o domínio da leitura, domínio da escrita para que ela possa caminhar, com bom desenvolvimento nas séries seguintes, nos anos seguintes. As práticas pedagógicas a gente vem reformulando, e a secretaria tem uma gama de cursos que ela oferece, a gente tem tanto na área de alfabetização, quanto na área de formação docente, na área da gestão também, cursos voltados específicos para a direção da escola, então a gente vem fazendo um trabalho em relação à prática do professor, para fazer uma reflexão. Mas é

uma caminhada com longo prazo. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

Mas o que dizer da questão pedagógica que envolve o PME? É um programa que apresenta propostas para a formação acadêmica do sujeito valorizando sua realidade, cultura e identidade? Como a escola encara essas questões?

Vemos que as atividades ofertadas a partir dos macrocampos visam desenvolver questões que podem levar a escola a se aproximar da realidade dos sujeitos, valorizando sua cultura e identidade, fazendo com que a gestão escolar, ao desenvolver a organização curricular, possa pensar naquelas como possíveis propostas pedagógicas de interesse da comunidade.

Nós temos hoje cento e duas escolas, é um número grande. São cinco mil professores trabalhando na rede então, temos um número, um quantitativo muito grande, quase quarenta e quatro mil alunos, os nossos números são gigantescos para uma estrutura da secretaria ainda pequena para atender tanta demanda. Mas nós estamos colocando práticas, a gente tem uma semana de oficinas com os professores que acontece na jornada (de Educação do Município). Fizemos esse resgate (da Jornada) para que pudéssemos trazer a questão da formação com esses professores e abranger a todos. Então, estamos fazendo um trabalho gradativo para que possamos oferecer uma prática melhor na sala de aula. Os planos em relação à supervisão, pretendemos, ao longo desse ano, estruturar essas escolas que começaram com o tempo integral tanto no [...] “Programa Mais Educação”, quanto nas escolas que optaram por ter turmas completas que vão entrar dentro do sistema do Tempo Integral. Consolidando esse movimento poderemos para que o próximo ano crescer aos poucos, então queremos tentar atingir o número máximo de alunos em tempo integral por unidade. Hoje as nossas escolas talvez não tenham como expandir em termos de espaço e de construção, mas sabemos que uma parte desse alunado consegue ser atendido dentro do próprio ambiente da escola. Umas com mais, outras com menos, mas que no total a gente talvez consiga atingir aí em torno de 10 mil alunos ao longo desses dois últimos anos de governo. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

Pensando na integralidade do sujeito, na formação e valorização por meio da realidade, levando a uma formação de sujeitos críticos e reflexivos para vida, podemos complementar com a fala da gestão dessa escola.

É porque a Educação Integral é o foco na formação na integralidade do sujeito. É essa educação que acho que seria legal a gente fazer [...]. Por exemplo, o

menino da classe alta que estuda numa escola em tempo parcial, na escola ele tem a Educação Integral porquê? Porque ele tem ali uma escola em tempo parcial que dá para ele as disciplinas do currículo comum e no contra turno a mãe coloca no judô, no karatê, no vôlei, no futebol, no inglês. Isso é um menino que tem uma formação integral. Uma Educação com o foco na integralidade. Que fala as diferentes linguagens, as diferentes áreas do conhecimento que a gente necessita para nossa formação. Quando você pensa em Escola em tempo integral, é uma escola que é diferente, ela tem um tempo ampliado, mais de sete horas diárias com o aluno ali dentro, de acordo com a lei do Decreto do FUNDEB, e essa escola funciona em tempo integral. Diferente de uma escola em tempo parcial, que tem menos de sete horas. O que temos hoje também, que é uma diferenciação, são nossos alunos. Você tem que pensar, é a Escola em Tempo Integral ou Aluno em tempo integral? Eu tenho como ter um projeto... por exemplo, tem um projeto do Estado que é (pausa) Escola Integral, Integralizada, como aquele Segundo Tempo, sabe? Nessa perspectiva é o aluno que está em tempo integral. A escola não está em tempo integral. O aluno que estuda em tempo integral, fazendo atividades dentro da escola e atividades no contra turno em ONGs, em outras instituições, que dão para ele essa complementação de formação. Então, a Educação Integral, que já era defendida lá na década de 30 pelo Anísio Teixeira focada na integralidade do sujeito. [...]. Agora, por que defendemos ela para as classes populares? Porque a classe popular não vai ter condição de custear as outras áreas do conhecimento para a formação dessa criança. Então, se pudermos garantir uma formação focada nessa formação integral no ensino público, será um grande ganho para as classes populares, mas, o menino da elite tem a formação integral em diferentes instituições. (Fernandes - Diretora).

A Educação Integral em Tempo Integral, assim como as questões pedagógicas que a envolve, dependem muito mais do que a escola apresenta como objetivo do que dos programas aderidos, como o PME, que no caso da Escola Municipal Bom Pastor trouxe apenas o custeio do que ali já era desenvolvido.

As gestões, antiga e atual, empenhadas no trabalho a ser desenvolvido, já buscavam meios e ações dentro de suas condições e possibilidades para o bom desempenho de suas atividades, valorizando a realidade dos sujeitos, sua cultura e identidade, despertando o interesse dos alunos e estimulando nos professores o desejo e a vontade de ensinar. Embora o PME apresente algumas propostas pedagógicas, não é o programa que fará diferença na escola e sim o desempenho dos profissionais.

Esse aluno que participa das atividades culturais, ele tem uma transformação até de atitude, de comportamento, de conhecimento. A primeira contribuição é trazer a cultura para dentro da escola, trazer a cultura esportiva, não só com a filosofia da educação física como disciplina, mas também como uma atividade que traga um conhecimento diverso, eu deixo de fazer só o jogo na educação física, mas isso para praticar uma modalidade, o handebol, ou vôlei ou futebol ou mesmo o xadrez, que entra com força dentro dessa modalidade.

Então, eu acho que as contribuições são muito positivas, apesar de estarmos numa situação de fragmentação das oficinas. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora).

O PME tem as suas contribuições sim, como apresenta a Supervisora da Educação Integral do Município, mas o que faz a diferença não é o Programa, e sim o envolvimento de todos nas propostas curriculares e pedagógicas, a formação continuada dos professores, a estrutura física e espaço adequado, o financiamento dos recursos e materiais necessários, a integração da família e comunidade, o envolvimento do Estado, Município, Federação e União, todos em prol do mesmo objetivo num elo de comprometimento com a Educação Brasileira.

Durante a pesquisa percebemos que o município de Juiz de Fora deixa a desejar em suas ações, junto à rede municipal de educação.

Eu acho que, o município de Juiz de Fora repete o que é a Educação em nível nacional. Funciona sempre com a desculpa de que não há financiamento, de que não há possibilidade de investimento. [...]. Acredito que o município já teve um desenvolvimento educacional maior, com a formação docente, com a questão pedagógica, mas acho que cada vez mais, e principalmente, nessa última gestão, a educação está totalmente burocratizada. (Fernandes - Diretora EMBP).

Quando falamos de burocratização da educação abrimos margem para uma discussão ainda maior em que percebemos que existe uma forma superior de organização na qual as classes dominantes reservam para si as escolas de maior prestígio. E, assim, favorece a divisão da sociedade, a oportunidade de prosseguir não é igual para todos, o capital cultural inicial também não é o mesmo, e a oferta acaba por ser diferenciada.

A forma de pensar é tão mecânica para as concepções de educação e de escola que se torna difícil organizá-la de outra maneira, destruindo a capacidade de ação natural dos sujeitos, para servir a um sistema ao invés de usar as suas potencialidades, dadas as condições materiais que a sustentam.

Mas se tratando da Escola Municipal Bom Pastor, e do comprometimento do seu quadro de profissionais, é possível perceber que com o grande empenho de todos, inclusive da gestão escolar, a escola faz seu papel social de formar cidadãos críticos para serem capazes de se impor na sociedade.

[...]. Assim, no contexto macro das escolas da prefeitura, ela é a pioneira entre as escolas de educação em tempo integral por ter sido a primeira a implantar essa modalidade e isso se consolida no projeto de discussão dessa escola até hoje. Não sei a prática das outras escolas, como eu te falei eu não tenho contato, mas aqui na escola a gente tenta a todo momento, no processo de formação cotidiana, desenvolver essa concepção de educação integral em tempo integral, em prol de ter práticas, que a gente pode chamar de práticas emancipatórias de educação integral. (Fernandes - Diretora EMBP).

A luta por uma Educação Integral em Tempo Integral é algo que percebemos a todo momento nas falas dos entrevistados, no entanto ainda requer muito para sua efetivação com educação integral, visto que, como apresenta a Fernandes Diretora da Escola Municipal Bom Pastor, “[...] a gente tenta a todo momento no processo de formação cotidiana desenvolver essa concepção de educação integral em tempo integral, em prol de ter práticas que podemos chamar de práticas emancipatórias de educação integral”. Essas práticas levarão à autonomia dos sujeitos, à construção de uma capacidade crítica e reflexiva, à capacidade dos alunos se verem como sujeitos históricos, produtores e participativos do mundo que ocupam, para além da ampliação do tempo e espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolhermos a Escola Municipal Bom Pastor como objeto de pesquisa para o estudo do Programa Mais Educação, foi possível observar o meio onde se desenvolve a questão em estudo usando como referência as experiências vividas de forma empírica, juntamos um grande número de informações e apreendemos a totalidade daquela situação, descrevemos, pôr fim, a complexidade do caso concreto conforme apresenta Goldenberg (2004).

Hoje, quando pensamos em escola, não podemos pensar apenas em um espaço onde as crianças vão passar algumas horas para aprender a ler e a escrever. E a sala de aula não se limita apenas àquele espaço, àquele quadrado em que encontramos uma lousa, giz e aquela antiga professora. Hoje, o aprendizado se dá no planeta, são tantas possibilidades e tecnologias que é um desafio desenvolver uma escola prazerosa, com suas aulas diárias, principalmente quando tratamos de Educação Integral em Tempo Integral.

O professor é mais do que alguém que detém um conhecimento para ser transmitido ao aluno, o professor é o provocador da produção de outros saberes e a escola deve oferecer condições para o desenvolvimento desse trabalho.

A Escola Municipal Bom Pastor, por sua vez, localizada em um bairro de classe média alta na cidade de Juiz de Fora, visa atender aos filhos das empregadas domésticas que trabalham na região central, desde sua fundação conta com um espaço pouco apropriado para seu funcionamento, mas, mesmo com vários problemas de infraestrutura, desde o ano de 2006, passou a oferecer Educação em Tempo Integral. Essa escola evidencia não só a precarização com a educação pública, como também um descaso com alunos, professores e comunidade escolar, ao transformar-se numa modalidade que exige maior espaço para atender suas atividades mesmo sabendo que este não o atenderia.

Por sua vez, o PME propõe, de acordo com o Ministério da Educação, em um de seus documentos para professores e diretores da Educação Integral, apenas uma metodologia de trabalho, desconsiderando todas as outras necessidades da escola para atender esses alunos, desconsiderando as condições de trabalho e a formação continuada dos profissionais envolvidos, bem como condições físicas e de espaço para receber a todos.

O programa Mais Educação propõe uma metodologia de trabalho capaz de fazer dos programas de governo que integram esta ação um instrumento sensível de produção de conhecimento e cultura, pois considera a diversidade dos saberes que compõem a realidade social brasileira. Sendo assim, essa metodologia não pretende apresentar um modelo; ao contrário, quer compor diversos modelos porque nasce da riqueza de saberes existentes no Brasil. Esta proposta possui, naturalmente, uma estrutura que a fundamenta, mas pretende-se aberta, mutável, capaz de assumir vários contornos e refletir as vocações e experiências comunitárias, frente às principais questões de estudantes brasileiros. Tal intenção desafia a todos nós envolvidos porque exige profissionais atentos para a necessidade de constantemente redesenhá-la. (BRASIL, 2010a).

A autonomia recebida pela gestão escolar da Escola Municipal Bom Pastor para administrar o PME possibilitou apenas condições de adequar sua organização dentro daquilo que ela acredita ser importante atendendo suas necessidades financeiras, como a supervisora da Educação apresentou em entrevista, não vindo para essas escolas nenhuma regra.

A escola começa a ganhar uma autonomia de gerenciar não só o processo educativo, mas também a questão dos recursos e não ficam só dependendo da Secretaria de Educação dentro de uma lista infinita de escolas que precisam ser arrumadas e terem uma manutenção anual. Então, eu acho que influencia diretamente dentro da escola por causa da chegada desse recurso. (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora, 2015).

Dessa forma, é notável que a Secretaria de Educação se exima de suas responsabilidades, deixando a cargo das escolas a resolução de qualquer problema e encargos a serem resolvidos, demonstrando desrespeito com os profissionais da educação que assumem a direção da escola a partir da confiança depositada pelo voto dado pela comunidade escolar, na esperança de que se desenvolva um trabalho qualificado capaz de dar condições aos que dependem dessa.

Não há uma política séria educacional no país. A Educação não é o foco, ela é usada nos discursos eleitoreiros, mas a gente não tem uma política séria, focada. Que pensa na Educação desde a sua base, desde a condição das instituições funcionarem, de ter escola mesmo, com estrutura física bem feita, com professor, com material pedagógico, com financiamento, com tudo. A questão é que, lamentavelmente, não é o foco. (Fernandes - Diretora da EMBP).

E mesmo com alguns avanços ao longo dos anos, desde a década de 1990 até hoje, a educação em nosso país deixa muito a desejar, como podemos perceber na fala da Supervisão da Educação Integral, de acordo com o mundo que nos cerca e a realidade em que vivemos e até mesmo diante de nossas próprias ações.

Bom, a gente tem uma caminhada longa de dificuldades, [...]. Tivemos uma educação elitista, uma educação que segregava, mas, dos anos 90 para cá eu acredito que a educação expandiu. Talvez a gente não tenha dado conta da formação desse professor, nem com muitas dificuldades, mas a escola expandiu e hoje a gente tem um quantitativo dentro da escola que é muito significativo, então eu acho que isso é um ponto positivo, para a história do Brasil. Em relação ao processo de educação, quanto ao aluno que entra na escola e aprende, a gente ainda está caminhando, tentamos vários projetos dos anos 90 para cá, programas copiados de fora, “ah, deu certo em tal lugar, vamos fazer aqui...” programas de governos fracionados, eu acho que isso nos prejudicou, mas com a entrada do governo Lula a gente teve um ganho com a política educacional, paramos de copiar e passamos a ver, qual é o nosso problema? A gente tem um problema de alfabetização, “a minha população mesmo estando na escola não aprende a ler e a escrever” e aí o governo federal começa um investimento pesado, não só na questão da literatura de acervo para as escolas, mas também com a formação, acho que o PACTO (Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa) foi um ganho, o Programa Mais Educação é um ganho. Porque eles dão autonomia à escola de repensar os processos educacionais, porque cada localidade, cada escola precisa atingir uma fórmula de alfabetização, não dá mais para pensar num plano geral, “vamos alfabetizar todo mundo por esse método, ou vamos alfabetizar todo mundo com esse material”. A gente consegue perceber que o Brasil é diferente, de norte a sul, mas também de escola para escola, então eu acho que hoje a educação no Brasil, tem um ganho positivo, se pensarmos a educação a partir do contexto de cada unidade, eu acho que hoje as escolas ganham essa autonomia de resenhar “qual é o meu processo? O que eu realmente quero para esse aluno na minha cidade?” Então, se a gente pensar não só em termos de Brasil, mas pensando em Juiz de Fora, quer dizer, cada unidade tem um objetivo e um contexto que as crianças estão inseridas, então não adianta eu pegar uma escola da zona norte e uma escola da zona sul, e tentar fazer a mesma prática, apesar das crianças terem dificuldades de aprendizagem cada contexto vai precisar de uma ação. Hoje a educação no Brasil cresceu muito em termos de se pensarmos “qual é o meu processo?”, “O que eu quero da escola?” (Freitas - Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora, 2015).

Dessa forma, novas ideias e pensamentos, são apresentados a todo tempo, e cada região, cada cidade, cada escola segue um modelo educacional diferenciado procurando sempre acertar, melhor se adequando à sua necessidade atual para ir reestruturando suas práticas educativas.

Como observamos, ao tratar da Educação Integral e compartilhar do pensamento da gestão escolar da Escola Municipal Bom Pastor e da Supervisora da Educação Integral do Município de Juiz de Fora, as mesmas compartilham do pensamento de Gonçalves (2006) para o

qual a Educação Integral em Tempo Integral deve ser capaz de proporcionar aprendizagem durante a vida do sujeito pelas suas experiências com a família e na comunidade.

Apesar das dificuldades encontradas, a Escola Municipal Bom Pastor em sua gestão atual vem procurado proporcionar aos alunos condições para uma aprendizagem favorável, envolvendo a família em suas atividades, atendendo às necessidades dos alunos para um bom desempenho em seu aprendizado.

O funcionamento da Escola Municipal Bom Pastor na modalidade de Educação Integral em Tempo Integral só acontece ainda devido ao preparo dos profissionais envolvidos e também de estudos realizados desde a implantação da proposta em 2006, eles não permitem que a escola se torne uma Escola de Tempo Integral de acordo com as palavras de Moll (2012) que visa apenas permanência das crianças por mais tempo na escola, que não quer dizer que oferta uma Educação Integral.

Por sua vez, as condições físicas, valorização profissional e condições de permanência do educando apresentadas pela Escola Municipal Bom Pastor, apesar do grande esforço da gestão, fogem completamente do que permeia a Lei Municipal 11.669/2008, deixando a desejar no que diz respeito às questões sociais, culturais, permanência e alimentação, higiene, limpeza e espaço físico, questões essas que não depende apenas de uma boa administração, mas de um interesse e participação dos que estão à frente da administração pública no município levando em consideração não só a permanência na escola, mas também a realidade e necessidade de cada sujeito ali envolvido, para além do tempo e espaço.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. Et.al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf> >. Acesso em: jan. de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: jun. de 2015.

_____. **Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. Brasília, DF, Presidência da República. 2007a.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente (1990)**. Estatuto da criança e do adolescente. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____. **Lei Darcy Ribeiro (1996). LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Programa Mais Educação. Brasília-DF, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Programa Mais Educação. Brasília-DF, 2010b.

_____. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Programa Mais Educação. Brasília-DF, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Programa Mais Educação. Brasília-DF, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Manual Operacional de Educação Integral**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Programa Mais Educação. Brasília-DF, 2014.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: MEC, 2007b.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014b. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>
Acesso em: jun. 2015.

_____. **Programa Mais Educação. Passo a Passo. Plano de Desenvolvimento da Educação.** 2010a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maieducao.pdf> Acesso em: jun. de 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral.** Ribeirão Preto: Paidéia, v. 20, n.46, p.249-259, ago. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>>. Acesso em: jan.2015.

_____. **Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educação e Sociedade,** Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **Alunos no ensino fundamental: ampliação da jornada escolar e educação integral.** Anped, 34. Rio de Janeiro. GT: Educação Fundamental, 2011. Disponível em <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT13/GT13-91%20int.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

_____. **Educação Integral: Concepções e Práticas na Educação Fundamental.** UNIRIO GT: Educação Fundamental/n.13.2014. Disponível em <<http://teiaufmg.com.br/wp-content/uploads/2014/07/Educação-Integral-Concepções-e-praticas-na-educacao-fundamental.pdf>> Acesso em: 03 de março de 2015.

_____. **Formação continuada do professor e tempo integral: uma parceria estratégica na construção da educação integral.** In: COELHO, L. M. e CAVALIERE, A M. V. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. **Anísio Teixeira, uma "visão" do futuro.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 241-258, ago. 2001. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9804>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

DEWEY, John. **Vida e Educação.** Tradução e estudos preliminar por Anísio Teixeira. Melhoramentos: São Paulo, 1978.

_____. **Experiência e Educação.** Tradução de Anísio Teixeira. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1971.

EBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral.** Centro Educacional Carneiro Ribeiro. 3ª ed. Fundação de amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1983.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. Texto referência para o debate nacional. - Brasília: Mec, Secad, 2009. 52 p.: il. – (Série Mais Educação). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>. Acesso em: out.2014.

ESCOLA MUNICIPAL BOM PASTOR. Projeto Político Pedagógico. Juiz de Fora: Escola Municipal Bom Pastor, 2011.

FARIA, Lia. **CIEP: A Utopia Possível.** São Paulo: Livros do Tatu, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Artigo publicado no “Cadernos Cenpec” n.º 2 – Educação Integral – 2º semestre 2006.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. in: LÜDKE, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

JUIZ DE FORA. **Decreto nº 4078 - de 07 de dezembro de 1988**. Secretaria Municipal de Educação. Aprova o Regulamento da Secretaria Municipal de Educação.

_____. **Lei Nº 11.669/2008**. 2008a. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2008/1166/11669/lei-ordinaria-n-11669-2008-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-escola-de-educacao-em-tempo-integral-em-consonancia-com-o-disposto-no-art-34-e-no-5-do-art-87-da-lei-federal-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>> Acesso em: jun.2015.

_____. **Linhas Orientadoras das Escolas de Educação em Tempo Integral. Diretrizes Educacionais para a rede municipal de ensino de Juiz de Fora**. Ano III, n. 3, out. 2008b.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATTOS, Graciele Fernandes Ferreira. **As artes de saberfazer em uma escola de educação em tempo integral**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

NICOLODI, Elaine. **A importância da relação aprendizagem, experiência e interação em Dewey: versos e contraversos na educação**. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia,4:144-156.Disponível em <<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/viewFile/162/146>>. Acesso em: abr de 2014.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

NUNES, Clarice. **A poesia da ação**. Bragança Paulista -SP: EDUSF, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

7. APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DA DAS ESCOLAS A SEREM INVESTIGADAS

Nome:

Data de Nascimento:

Formação Profissional:

ENTREVISTA

- ✓ Trajetória de vida e profissional
- ✓ Qual sua função atualmente na Secretaria de Educação?
- ✓ A quanto tempo você trabalha aqui?
- ✓ Quais as mudanças ocorridas na Educação Integral no período que você está na SE?
- ✓ Fale um pouco sobre o município, as escolas de tempo integral: infraestrutura, corpo docente (qualificação, envolvimento, condições de trabalho...), em relação ao ensino (práticas pedagógicas) e seus planos.
- ✓ O que você pensa sobre a **Educação no Brasil**?
- ✓ Qual o papel da **Escola na Sociedade**?
- ✓ Como percebe a **Política Educacional** para as escolas nos últimos anos?
- ✓ Qual foi seu primeiro contato com a ideia/proposta de **Educação Integral**?
- ✓ Como você define **Escola Integral**?
- ✓ Como você define **Educação Integral**?
- ✓ Como você define **Educação Integral em Tempo Integral**?
- ✓ O que você entende pela expressão **Regime de Tempo Integral**?
- ✓ Qual a proposta do município para a **Educação Integral** e o **Regime de Tempo Integral**?
- ✓ Quais as contribuições da Secretaria de Educação para essa modalidade de educação?
- ✓ Como é o funcionamento da escola nesta proposta?
- ✓ Quais os tipos de atividade você acredita que esta modalidade de ensino deve compreender?
- ✓ Como você avalia sua condição profissional (experiência/formação) para adaptar sua atuação docente as características de **Educação Integral**?

- ✓ Que aspectos você aponta imprescindíveis para realizar a dinâmica escolar de **Educação Integral em Tempo Integral**?

Sobre o Programa Mais Educação

- ✓ Fale sobre o **Programa Mais Educação**? Quando se deu sua implementação no município?
- ✓ Como ele influencia nessa modalidade de ensino?
- ✓ Quais as contribuições do **Programa Mais Educação**?
- ✓ O **Programa Mais Educação** oferece alguma atividade voltada para a **Educação Integral**?
- ✓ As atividades oferecidas estão atreladas a realidade dos sujeitos envolvidos?
- ✓ O **Programa Mais Educação** considera a aprendizagem efetiva do aluno e sua permanência por mais tempo na escola?
- ✓ Os **Projetos Político Pedagógicos** das Escolas envolvem o **Programa Mais Educação** em sua proposta?
- ✓ Após a implementação do **Programa Mais Educação** houve mudanças nas escolas? Quais? Fale sobre elas.
- ✓ Quais os tipos de profissionais envolvidos no **Programa Mais Educação**?